

IV ENCONTRO NACIONAL DOS COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

RELATO DOS TRABALHOS

Balneário Camboriú – SC, julho de 2002-07-22

IV ENCONTRO NACIONAL DOS COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

Balneário Camboriú, SC – 19 a 23 de maio de 2002

Realização:

Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas

Patrocínio:

Governo do Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú

PETROBRÁS

Apoio:

FURB – Universidade Regional de Blumenau

VARIG – Rio Sul

G.O.P.E. (Grupo Oceanográfico de Preservação Ecológica – SC)

COMISSÃO ORGANIZADORA

Ada Piccoli

Beate Frank

Eduardo Jorge Cartamil

Érico Porto Filho

Francisco Carlos Bezerra e Silva

Isidoro Zorzi

Luiz Roberto Moretti

Maria Luiza Taborda Borges Ribeiro

Paulo Renato Paim

Raimundo Malta

Regina Greco

Rogério Menezes de Melo

Sérgio Cardoso

Vânia Teixeira

Viviane Nabinger

RELATORIA FINAL

Isidoro Zorzi

Francisco Carlos Bezerra e Silva

(Cacá)

Viviane Nabinger

AGRADECIMENTOS

Aos Palestrantes e Debatedores

Cecy Oliveira

Edílson de Paula Andrade

Eduardo Normande

Francisco José Coelho Teixeira

Francisco José Lobato da Costa

Guilherme Franco Neto

Inez Gonzaga Zatz

Ione Bruhn Gutierrez

Lívia Fernanda Agujaro

Lúcio Fernando Monteiro Pereira

Luiz Roberto Moretti

Marcos Antônio V. Freitas

Maria de Fátima de Freitas Rego

Maria Luiza Taborda Borges Ribeiro

Mauro da Costa Val

Milton Haack

Patrícia Bozon

Paulo Maciel Jr.

Paulo Renato Paim

Regina Coeli Carneiro marques

Regina Grego

Rodrigo Melo

Rosa Maria Mancini

Yvonilde Medeiros

Aos Coordenadores de Mesa

Ada Silvia Beltrão de Piccoli

Ailton Francisco da Rocha

Ana Cecília Peroni

Isaac Zilbermann

Jussara Pamplona

Raimundo José Félix

Raimundo Malta

Rogério Menezes

Rosa Maria Mancini

Aos Relatores

Ada Silvia Beltrão de Piccoli

Cláudio Serrichio

Érico Porto Filho

Flávia Barros

José Holanda Neto

José Wilson de Lacerda

Jussara de Lima Carvalho

Luiza de Marillac Camargos

Mailde Carlos do Rego

Maria Gravina Ogata

Maria Margarida Pereira da Silva

Pedro Paulo de Oliveira Martins

Regina Grego

Suraya Damas de Oliveira Modaelli

E a todos aqueles que contribuíram para que o IV Encontro ocorresse como foi programado. Em especial, a Eduardo Cartamil, Raimundo Malta e a toda a equipe da estrutura administrativa e técnica da Secretaria do Meio Ambiente de Balneário Camboriú e à Assessoria de Imprensa.

APRESENTAÇÃO

A mistura adequada de profissionalismo, competência, dedicação e paixão permitiu que você esteja recebendo este relato que pretende garantir a memória do nosso IV Encontro Nacional de Comitês de Bacias, neste curto espaço do tempo.

A velocidade com que a realidade da gestão das águas no Brasil se modifica coloca a todos nós desafios ainda maiores do que aqueles já tão conhecidos por todos aqueles que vivem o processo de gestão fazendo gestão.

O IV Encontro, na opinião espontânea de muitos participantes com quem pudemos conversar, será um marco na história dos Comitês brasileiros.

E essa opinião está baseada em dois aspectos fundamentais que atestam o sucesso do Encontro e o trabalho excepcional do Colegiado Coordenador do Fórum Nacional de Comitês e de todos que participaram da sua construção: o caráter didático-pedagógico da sua estrutura, mostrando parte do imenso caleidoscópio de vivências práticas em todos os cantos do país e o momento de introspecção e reflexão que marcou o terceiro dia, quando, organizadamente, discutimos nossas entranhas a partir de duas palavras mágicas, representação e representatividade.

No entanto, vale sempre a lembrança de que os Comitês de Bacia não são organizações da sociedade civil brasileira. Nós fazemos parte do aparelho de estado brasileiro, compomos o grande sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e somos integrados por representantes de usuários, população e governos.

O IV Encontro também mostrou que precisamos avançar muito nesse sentido. Comitês, Órgãos formuladores de políticas e Órgãos gestores dos Estados; a SRH/MMA e a ANA são partes do Sistema

Nacional e precisam funcionar organicamente, sistemicamente.

Leiam, critiquem, sugiram, mas não deixem de participar!

COLEGIADO COORDENADOR

Atos Iniciais

O IV Encontro de Comitês de Bacias Hidrográficas foi oficialmente aberto na noite de 19 de maio com a presença de representantes de 64 Comitês, após uma acolhida com a apresentação da Orquestra de Câmara de Blumenau que executou a peça “Música Aquática”, de Händel, em três suítes.

A mesa de abertura foi formada por: Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente de Santa Catarina, Dr. Jaime Sousa, representando o Governador de Santa Catarina; Raimundo José Garrido, Secretário Nacional de Recursos Hídricos, representando o Ministro do Meio Ambiente; Rubens Spernau, Prefeito de Balneário Camboriú; Leonel Pavan, ex-Prefeito de Balneário Cambori; Jerson Kelman, presidente da Agência nacional das Águas - ANA; Beate Frank, coordenadora do Fórum Catarinense de Comitês de Bacias Hidrográficas; Cláudio Ultra Soares, representando a Petrobrás e Paulo Maciel Jr. e Rogério Menezes, respectivamente Coordenador Geral e Coordenador Adjunto do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas.

As palavras proferidas pelo representante do Governo Estadual lembraram que “*os Comitês de Bacias vêm se caracterizando como a melhor forma de descentralizar e integrar a sociedade em torno da tomada de decisões sobre os usos das águas*”. O Presidente da Agência Nacional de Águas, Jerson Kelman, falou sobre o papel da Agência, destacou experiências que vêm sendo implementadas no semi-árido e na bacia do Rio Paraíba do Sul, o Programa Nacional de Despoluição de Bacias Hidrográficas e reforçou o compromisso de que o recurso proveniente da cobrança pelo uso da água nas bacias retorne para aplicação na respectiva bacia, sob a coordenação do seu Comitê e destacou o pacto federativo no campo das águas.

O Presidente da Secretaria Nacional dos Recursos Hídricos, Raimundo José Garrido, por sua vez, reforçou a importância da descentralização das decisões e a promoção da distribuição dos custos sociais para usuários distintos. “*Quem utiliza mais água, a exemplo das empresas, paga mais por isso*”, complementou.

Para o Prefeito de Balneário Camboriú, Rubens Spernau, o maior mérito do evento é o de buscar planos e soluções para a melhoria da qualidade das águas. *“Esperamos que em poucos anos possamos ter nossos rios bem mais limpos do que hoje”*, disse.

As palavras do Coordenador do Fórum Nacional, Paulo Maciel Jr., deram o tom do que seria o Encontro e são transcritas a seguir:

“Senhoras e senhores, quando a Lei Federal 9.433/97 instituiu os Comitês de Bacias Hidrográficas para a gestão de recursos hídricos, a sociedade brasileira deu mais um passo no sentido de consolidar o seu processo democrático. Nada mais justo de que a água - um bem público de uso comum - fosse gerenciada com a participação da própria sociedade. Inovador no arcabouço burocrático da administração pública brasileira a instituição dos Comitês de Bacias é uma iniciativa revolucionária que busca o fortalecimento das relações entre o poder público e a sociedade civil”.

Com certeza, podemos afirmar que este avanço foi conquistado com a contribuição de muitos dos que aqui se encontram.

O sistema de gestão é baseado em três princípios básicos, quais sejam:

- A bacia hidrográfica como unidade de planejamento e ação;*
- A solidariedade financeira através do pagamento pelo uso/poluição das águas;*
- E a descentralização e participação da sociedade nas decisões....*

Tais princípios fazem com que o Comitê de Bacia seja o coração pulsante de um sistema democrático e transparente que busca solucionar conflitos entre interesses diversos daqueles que necessitam da água para suas necessidades.

O Comitê, com representação paritária entre poder público = União - Estado e Municípios = e a sociedade = usuários das águas e entidades civis = através de um processo participativo discute e delibera sobre assuntos da maior relevância para a sociedade buscando soluções que até bem pouco tempo eram decididas apenas pelos órgãos oficiais de governo. Sem perder de vista a base técnica que será proporcionada pela Agência de Bacia, as decisões do Comitê devem se pautar pelo bom senso e justiça. Discutir uma autorização para uso da água - a outorga - ou prioridades de investimentos financeiros - o plano de bacia - ou objetivos de qualidade de água - o enquadramento - em um Comitê

de Bacia reflete a mais pura expressão da democracia. Na realidade, o ato de delegar em nosso país ainda sofre com resquícios da ditadura militar, mas mesmo assim, os Comitês legalmente instituídos e em funcionamento têm dado prova de bravura ao deliberar sobre seus problemas e enfrentar desafios operacionais para sua consolidação.

A partir da iniciativa de alguns Comitês de Bacias, em 1998, no Estado do Rio Grande do Sul, foi realizado o primeiro encontro de Comitês. No ano seguinte, foi instalado, em Ribeirão Preto/SP, o Fórum Nacional de Comitês de Bacias. A nossa capacidade de mobilização foi demonstrada em Fortaleza, no ano de 2000 e, posteriormente, em Belo Horizonte, em 2001 já reunimos cerca de 700 pessoas interessadas e cerca de 60 Comitês de todo o Brasil.

Neste momento, estamos iniciando o "IV Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas" aqui em Balneário Camboriú - Santa Catarina.

Nosso encontro, hoje, pode ser considerado um dos maiores eventos do mundo no tema gestão dos recursos hídricos.

Esperamos com esta iniciativa ajudar na implantação do Sistema Nacional e, principalmente, através da troca de informações e experiências, consolidar os Comitês existentes e apoiar os que se encontram em processo de formação.

Sabemos de antemão que não é uma tarefa fácil. Os Comitês ainda carecem de regulamentação de suas ferramentas básicas como as Agências e a cobrança pelo uso da água para que possam cumprir suas responsabilidades legais. É preciso avançar. É preciso manter a credibilidade de nosso trabalho. É preciso motivar cada vez mais a participação da sociedade civil no processo de gestão.

Com a evolução do nosso trabalho esperamos atingir a universalização do saneamento básico, despoluir nossos rios e garantir que o acesso ao uso da água com qualidade, muitas vezes reprimido, seja acessível para todas as classes sociais.

Gostaria neste momento de agradecer ao Governo do Estado de Santa Catarina, a Prefeitura de Balneário Camboriú e, principalmente, ao Colegiado Coordenador do Fórum Nacional que não mediu esforços para que este momento pudesse refletir o nosso sentimento de ESPERANÇA NO FUTURO DE NOSSO PAÍS.

Termino desejando que este encontro de idéias possa atingir às expectativas e aos resultados esperados.

Declaro aberto o IV Encontro Nacional de Comitês de Bacias

Muito Obrigado a todos”.

Relato dos Trabalhos

Dia 20 de Maio

Manhã

Sala 1

Tema: Plano de Bacia e Informação

Palestrantes:

Paulo Renato Paim – Presidente do COMITESINOS - RS

Marcos Freitas – Diretor da Agência Nacional de Águas – ANA

Experiências:

Luiz Roberto Moretti – Secretário Executivo das Bacias Hidrográficas do Piracicaba, Capivari e Jundiá – SP

Lúcio Fernando Monteiro Pereira –p Presidente do Comitê da Bacia do Pirapama – PE

Simone Rosa da Silva - Secretária

Coordenação da Mesa:

Rogério Menezes – Coordenador Adjunto do Colegiado Coordenador do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas.

Relatoras:

Maria Gravina Ogata - Consultora da Superintendência de Recursos Hídricos do Estado da Bahia-Projeto PGRH

Suraya Modaelli – Comitê da Bacia Hidrográfica do Médio Paranapanema

I – Síntese das principais abordagens feitas pelos palestrantes

A concepção das apresentações da manhã do dia 20/05/02 se apóia na palestra sobre o Plano de Bacia Hidrográfica e Informação e em duas experiências de elaboração e implementação dos Planos de Bacias.

O primeiro palestrante foi Paulo Paim que relembrou a definição de Plano de Bacia, estabelecida por consenso durante o 1º Encontro do Fórum Nacional de Comitês de Bacias, em Ribeirão Preto/SP : ...”*o resultado do processo social permanente de construção e implementação de políticas públicas que visam o desenvolvimento sustentável e que contam com a participação da sociedade da bacia hidrográfica*”.

A tônica da palestra foi a de distinguir os procedimentos do Planejamento Tradicional e do Planejamento Estratégico. No primeiro caso, pressupõe o poder absoluto; o ator que planeja está fora ou acima da realidade planejada. Esse tipo de Planejamento apresenta os seguintes postulados: tem aquele que planeja e controla; a realidade é composta de comportamentos sociais estáveis; o resultado é um *dever ser*, com final fechado. Ele é essencialmente normativo, tecnocrata e neutro; discursivo, prepotente, invariável, dissimulado, inconsistente e centralizador. Isso se desenvolveu em razão da tecnocracia nacional respaldada pelo regime ditatorial; do pensamento maniqueísta; da falta de tradição da sociedade no exercício da cidadania; da desinformação e do comportamento político imediatista.

Para exemplificar o que deseja ilustrar, o palestrante mencionou o caso do Plano Diretor de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário da Região Metropolitana de Porto Alegre que, até hoje, não foi implantado, ainda que tenha sido um estudo bem elaborado, em razão de não viabilizar o item que diz respeito à definição do arranjo institucional.

Quanto ao novo tipo de Planejamento, o Estratégico, assim o palestrante o caracterizou: o ator que planeja vive a realidade; ele é o resultado de um processo de negociação onde o sujeito não tem capacidade antecipada de controle; onde existem várias explicações para a realidade. O diagnóstico é situacional; a realidade comporta adversários; a proposta é um *pode ser*; com final aberto.

O Plano contém três momentos independentes:

- a) definição dos objetivos (o rio que queremos);
- b) definição de um conjunto de ações estratégicas e situacionais necessárias (o rio que podemos);
- c) viabilidade financeira.

Lembrou que o Plano de Bacia é, antes de tudo, um processo político de base técnica.

Cabe aqui um importante questionamento: como é a nossa bacia hidrográfica e quais são os seus problemas e seus potenciais? Em outras palavras, de que forma e por quem será realizado esse

diagnóstico, quais dessas informações são indispensáveis e como serão apropriadas pelos membros dos Comitês de Bacia e seus representados (sociedade e poder público)?

O Comitê de Bacia, na verdade se constitui em um espaço político-institucional onde o processo de gestão considerará as condições decorrentes dos valores social e simbólico da água, tais como a territorialidade, o saber local e as micro-relações entre os diferentes atores envolvidos com o uso da água.

O segundo palestrante Marcos Freitas desenvolveu o tema relativo às Informações para a elaboração dos Planos de Bacias Hidrográficas. Ele destacou a necessidade de apresentar alguns dados para o melhor entendimento da importância da água:

- 1 bilhão de pessoas sem acesso a água potável;
- 2 bilhões sem infra-estrutura de saneamento;
- 3 milhões de crianças morrem a cada ano por causa da água;
- 3 bilhões de pessoas vivem com menos de US\$ 2/dia;
- 1,3 milhões de pessoas vivem com menos de US\$ 1 dólar/dia.

Existem grandes desigualdades que merecem ser comentadas: Estados Unidos e Nepal têm o mesmo potencial hidrelétrico, porém os EUA têm capacidade instalada de 70.000 MW e o Nepal, 250 MW.

Muitas informações já estão produzidas, porém elas necessitam estar disponíveis gratuitamente. Quem não tem Plano deve trabalhar para sintetizar as informações disponíveis para que a velocidade da elaboração do diagnóstico seja mais rápida. Sugeriu a criação de network para que as informações não se percam e que sejam de fácil acesso.

Quanto às experiências, foram apresentadas a do Comitê da Bacia Hidrográfica do Piracicaba, Capivari e Jundiá, de São Paulo, e a experiência do Comitê de Bacia do Rio Pirapama, de Pernambuco.

1ª. experiência: Comitê da Bacia Hidrográfica dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, do Estado de São Paulo.

Em 1990, no Estado de São Paulo, o 1º. Plano Estadual de Recursos Hídricos dividiu o Estado em 22 unidades de gerenciamento de recursos hídricos, que atualmente agregam 21 comitês das Bacias. Os rios

Piracicaba, Capivari e Jundiaí são afluentes da margem direita do rio Tietê, que não podem ser trabalhados separadamente. O Comitê contempla 58 municípios paulistas e 4 mineiros, com uma área total de 15.320 km², com uma população de 4,22 milhões de habitantes, em São Paulo, e 50.000 hab., em Minas Gerais. Apresenta um índice de tratamento de esgoto de 18%, com demanda de água de 40 m/s; a relação demanda/disponibilidade foi de 107,5%, em 2000, e a previsão para 2020 é de 138%.

A elaboração do Plano de Bacia passou pelas fases de diagnóstico, prognóstico e plano de metas e ações (Relatório Zero e Programa de Investimento-PQA). A periodicidade de atualização do Plano de Bacias é de 4 anos, sendo avaliado anualmente pelo Relatório de Situação, possuindo metas de curto, médio e longo prazos, definindo diretrizes gerais de ação.

A contratação do Plano, a elaboração do Termo de Referência e o acompanhamento da sua execução foram delegados ao Grupo Técnico de Planejamento GT-PL e o suporte financeiro foi do Fundo Estadual de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo – FEHIDRO.

Após audiências públicas e reuniões, foi aprovada a versão final do Plano de Bacia. A título de divulgação para a sociedade em geral foi produzido o Relatório Síntese Geral, contendo os principais elementos do Plano, e um CD com o Plano Completo.

Outro estudo contratado, com recursos do Banco Mundial, foi o Plano de Investimentos, concluído em 2000.

O quadro de investimentos previstos no Plano prevê componentes de gestão, serviços e obras, no valor total de R\$ 760 milhões.

As etapas posteriores ao Plano são:

- Hierarquização de 47 subprogramas para aplicação de recursos do FEHIDRO (processo concluído e aprovado em 29/11/01). Foram priorizados 10 deles para solicitação de recursos ao FEHIDRO para 2002. Dos 49 projetos apresentados somente 19 foram priorizados.

b) Diretrizes e critérios para a outorga: definição, por parte do Comitê, de diretrizes para a implementação dos empreendimentos, para não ter que ficar discutindo caso a caso.

- Revisão de Metas.

O relato da experiência foi concluído com a mensagem de que o planejamento não é um plano e sim um processo. Para contato com o Comitê pode ser acessado o site www.comitepcj.sp.gov.br

2ª. experiência: Comitê da Bacia do Pirapama- Pernambuco

Os palestrantes justificaram a escolha da Bacia do Rio Pirapama, como piloto no Estado, em razão da falta de água na Região Metropolitana do Recife. Apresentaram o histórico do desenvolvimento dos trabalhos que contaram com o apoio financeiro da Cooperação Britânica:

1996/98: Elaboração do diagnóstico ambiental;

1997/99: Elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável;

1997/98 Mobilização dos Usuários da Bacia;

01/06/98 Reunião de instalação do Comitê;

26/11/98 Homologação pelo Conselho;

21/01/99 Publicação da Homologação em Diário Oficial.

O Plano se desenvolveu antes da implantação do Comitê e as mesmas instituições que participaram da elaboração dos diagnósticos e Plano de Desenvolvimento Sustentável, atualmente fazem parte do Comitê. Cumpre ressaltar que esse Plano insere a questão dos recursos hídricos em um contexto sócio-ambiental mais amplo.

O Plano é rico no diagnóstico e também nas proposições. Chamou a atenção para a necessidade de mediação de conflitos, a exemplo daqueles que envolvem a hidrelétrica X destilaria, bem como o problema social causado pelo enchimento do Lago decorrente da Barragem de Pirapama.

O Plano de Ações foi definido em linhas estratégicas. É um Plano de Investimentos e foi transformado na Agenda 21 da Bacia, em 1999. Houve um comprometimento político e institucional para viabilizar o Plano, influenciando as ações e políticas públicas.

O Plano de Desenvolvimento Sustentável prevê as seguintes estratégias:

- Melhoria da Qualidade de vida, com dois Programas: dinamização das atividades econômicas (7 projetos) e melhoria das condições sócio-ambientais (4 projetos);

- Fortalecimento do sistema de gestão ambiental, com 3 Programas: Desenvolvimento Institucional (6 projetos); Comunicação e Sistema de Informação (3 projetos); Educação ambiental participativa (3 projetos);

- Melhoria da Qualidade do Meio Ambiente Natural, com 3 Programas: Proteção de cobertura vegetal em áreas instáveis (2 projetos); Ordenamento do uso e ocupação do solo (5 projetos); Controle da poluição (6 projetos);

- Controle de uso das águas, com dois Programas: Gerenciamento dos usos múltiplos dos recursos Hídricos (4 projetos) e Monitoramento e Informação Hidrológica (4 projetos).

Para o ano de 2002, foram hierarquizadas, como prioridades, a Cobrança pelo Uso da água, o reenquadramento da Bacia do Rio Pirapama e a Implantação do Sistema de Informações Ambientais.

II – Questionamentos levantados no plenário

1. Houve manifestação de desabafo e descontentamento quanto à falta de concretização dos planos. Foi mencionado, a título de exemplo, o caso do Plano Emergencial dos Mananciais da Grande São Paulo, que até o momento não se concretizou. Posteriormente, foi elaborado o Plano da Billings, aprovado há 5 anos e engavetado, tendo sido gastos R\$ 5 milhões.

2. Discordância do palestrante Paulo Paim em relação ao fato de que os Planos são elaborados de modo diferente daqueles elaborados nas décadas de 70 e 80, visto que muitos ainda são elaborados do mesmo modo, em gabinete.

3. Os técnicos formados pelas universidades públicas são pouco solidários com as comunidades das bacias.

4. Manifestação contrária aos Programas de Educação Ambiental elaborados em gabinete, sem o envolvimento da sociedade.

5. A população não conhece a figura do Comitê de Bacia, pois não há divulgação sobre a sua importância e o seu papel na gestão das águas.
6. As informações para a elaboração dos Planos, quando disponíveis, são pobres, desarticuladas e desatualizadas. Foi destacado o fato de que o IBGE não disponibiliza as informações da forma que interessa à gestão de recursos hídricos.
7. Solicitação de informação sobre como se dará a compatibilização dos Comitês de rios estaduais com os de rios federais.
8. Pedido de esclarecimento sobre a Resolução 17 do CNRH, tendo em vista que muitos planos de bacia já estão elaborados ou em elaboração.
9. Pergunta ao representante da ANA se existem projetos para a regularização dos cursos d'água.

Além dos pontos acima mencionados foram questionados os seguintes aspectos:

1. Tempo para manifestação de 2 minutos foi considerado como algo impositivo e antidemocrático, sugerindo que no próximo Encontro de Comitês seja diminuído espaço para as apresentações e que seja ampliado o tempo para os debates.
2. Solicitação de informação sobre a forma de divulgação dos resultados do evento e disponibilização do material do evento, não só para os participantes como para os Comitês que não puderam estar presentes.
3. Solicitação de esclarecimento sobre a ausência de entidades ambientalistas na composição do Comitê do Pirapama.

III – Síntese das manifestações dos palestrantes sobre os questionamentos levantados

- Quanto à informação sobre como irá se dar a compatibilização dos Comitês de rios estaduais com os de rios federais, foi respondido pela mesa que é necessária a articulação. No caso do Comitê do Paraíba, que tem um sub-Comitê, está ocorrendo a discussão sobre a definição de grandes linhas de atuação com os Comitês. Como flexibilizar e não inibir ações, não está resolvido, está sendo discutido, o que não é fácil. E a consolidação de um pacto federativo, envolvendo muitos atores, gera uma grande e complexa discussão.

- O Plano do Comitê do Piracicaba foi feito no âmbito do Estado, de acordo com à legislação paulista. Está em fase de discussão a criação do Comitê Federal.

- Quanto à Resolução nº17 do CNRH, a mesa esclareceu que ela é orientadora, nenhum Plano será igual a outro, mas é necessário um mínimo de diretrizes para que haja comunicação entre os diversos Planos.

- Com relação à divulgação dos materiais, através de patrocínio, a Comissão Organizadora do evento publicará os anais do Encontro e disponibilizará aos participantes e aos Comitês de Bacia.

- Quanto à solicitação de esclarecimento sobre a ausência de entidades ambientalistas na composição do Comitê do Pirapama, o seu Presidente informou que são poucas as instituições ambientalistas existentes na Bacia, tendo sido convidadas, porém, não demonstraram interesse.

- Quanto ao questionamento sobre o acesso às informações, o Diretor da ANA reforça a importância da sua disponibilização, esclarecendo que muitas delas estão disponíveis via internet, apesar de reconhecer que esse meio não é suficiente, sendo necessário que se tenha informações de qualidade com acesso a todos, em linguagem simplificada. A evolução é sensível. Estão sendo discutidas parcerias com a ANA para a estruturação de um sistema de informações de fácil acesso a todos contendo as informações de todos os Comitês do país. Quem sabe, para o próximo encontro, ele já esteja disponível. Com relação à cartografia, estamos tentando produzir um material com este detalhamento na escala 1:1.000.000 que não é o ideal para elaboração de um Plano, mas o custo é muito elevado e teremos que ter uma divisão de custos com as parcerias identificadas.

- O ajuste de procedimentos para que o IBGE transforme as informações disponíveis de modo mais adequado para a gestão dos recursos hídricos é difícil pelo método como as mesmas são levantadas. A proposta de adoção de bacia hidrográfica como unidade de gerenciamento é importante, mas difícil de se concretizar, em curto prazo.

IV – Conclusões Finais (encaminhamentos e recomendações)

Houve a demanda em plenário para que sejam promovidas oficinas temáticas sobre Planos de Bacias, pela ANA e pelo Fórum.

Dia 20 de Maio

Tarde

Sala 1

Tema: Avaliação da Política de Recursos Hídricos após o advento da ANA

Palestrantes:

Marcos Freitas – Diretor da Agência Nacional de Águas – ANA

Patrícia Bozon – acrescentar sua identificação, o que ele é.

Coordenação da Mesa:

Isaac Zilbermann – COMITESINOS – RS

Relatoras:

Luiza de Marillac – Representante do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM

Jussara Carvalho – Comitê da Bacia Hidrográfica do Sorocaba Médio Tietê – SP

I - Síntese das apresentações

O palestrante Marcos Freitas iniciou a exposição destacando o pouco tempo de funcionamento da ANA (um ano e sete meses) e a complexidade de exercitar uma tomada de decisão colegiada. Afirmou ainda que a ANA não está conseguindo apresentar resultados significativos porque “a velocidade ainda não é satisfatória”.

Destacou as prioridades de atuação:

- 1 – Combate à poluição através do PRODES – Programa Nacional de Despoluição das Bacias Hidrográficas (nas grandes bacias com alta concentração populacional). Ressaltou que o PRODES financiou 17 ETE's (em torno de 50 milhões). Objetivo do PRODES: despoluir rios e induzir a implantação do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos /Requisitos: Comitês estruturados e eficiência das companhias de saneamento;
- 2 – Mediar conflitos: Experiência – Hidrovia Tietê, Lago de Furnas/MG e Bacia do Rio São Francisco;
- 3 – Parceria ANA e CEIVAP: regularização da outorga de todos os usuários da bacia: “outorga facilitada” (tipo declaração do IR facilitada);
- 4 – Formação do Comitê do Rio São Francisco;
- 5 – Formação do Comitê do Rio Piracicaba/ Jaguari. Ressaltou que a ANA vem mantendo-se cautelosa para fomentar a criação de comitês de rios federais devido às dificuldades e complexidade desta tarefa;
- 6 – Rede Hidrometeorológica – desde janeiro/2002 a ANA administra e planeja esta rede, investindo em sua modernização, sempre em parceria com os Estados;
- 7 – CT-Hidro – Investimento de R\$ 26 milhões para 2002 – (R\$ 30 milhões em ciência, tecnologia e capacitação);
- 8 – Proágua/Gestão - Investimento de R\$ 100 milhões empenhados, sendo R\$ 80 milhões liquidados;

9 – Águas do Brasil – Investimento de R\$ 30 milhões.

Encerrou esta 1ª. etapa afirmando que o papel da ANA é o de regulamentar o uso do bem público – água.

Posteriormente, apresentou o organograma da ANA, ressaltando as áreas de planejamento (organização dos Comitês) e regulação (cobrança, outorga e fiscalização).

Informou que a demanda de outorga na ANA é grande. Já foram solicitadas 424 e emitidas apenas 102, justificando a preocupação da Agência com a qualidade da análise para que a outorga não seja um “certificado de conflito futuro”.

A debatedora Patrícia Bozon abordou principalmente as questões da dominialidade, descentralização; há confusão com o conceito de desconcentração, respeito à soberania dos Estados na Administração de suas águas. Seu principal enfoque foi a não submissão de nenhum órgão, o papel dos conselhos estaduais e nacional de recursos hídricos, promoção da articulação e integração. Chamou a atenção para a reflexão de que o Comitê é da estrutura do poder público, é parte do aparelho do Estado onde há a participação dos demais segmentos, sem perda de sua autonomia e soberania e que a articulação só se dá entre iguais – não pode haver submissão.

Ressaltou que o papel da ANA no Plano de Recursos Hídricos é o de promover a articulação/ integração entre política econômica e social e a gestão de recursos hídricos, políticas locais e regionais, políticas estaduais e nacionais. Em relação à cobrança, a ANA deve oferecer garantias para aplicação na bacia e tem que estar ligada à real interferência na bacia.

O papel da ANA em relação à educação ambiental, é o de dar a garantia para que não haja domínio dos que sabem sobre os que não sabem.

A ANA possui duas faces: uma primeira, dominadora, que regula e controla o uso da água e uma segunda, fomentadora da gestão descentralizada e participativa. Na prática, a ANA só apresenta a primeira face como um modelo de agência perigosamente centralizadora.

Destacou ainda a representatividade dos segmentos e modo de olhar de cada um: Poder público – desenvolvimento sócio-econômico e administrativo; usuário – insumo econômico; sociedade civil: olhar da proteção e da equidade.

II - Questionamentos e encaminhamentos

Que o Fórum disponibilize a palestra da Eng^a. Patrícia Bozon. A mesma deverá ser anexada neste documento.

A falta de posicionamento da ANA em relação ao substitutivo do Dep. Adolfo Marinho (4147, parágrafo 3º, art. 32), totalmente desvinculado da Lei 9.433;

Como vai se dar a implementação dos instrumentos de gestão em um Comitê de rio estadual, afluente de um rio federal? Qual deve ser o posicionamento da ANA em relação a este tema?

Resposta da debatedora: É ainda difícil exercitar este pensamento, pois não existe um Sistema de Informação. O Comitê de rio estadual deve enviar sua proposta para o Comitê de rio federal. Nada impede que “os iguais” acertem suas propostas inicialmente. Posteriormente, deve haver uma negociação e a ANA deve agir como articuladora desta negociação.

A ANA não vem cumprindo com o seu papel de apoiar a formação de Comitês de Bacia de rios federais, no caso da Bacia do Rio Mucuri/MG e BA. Como a Eng^a. Patrícia vê a formação do Comitê do rio Todos os Santos, afluente do rio Mucuri?

Resposta da debatedora: Defendeu as recomendações apresentadas no estudo de Unidades de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos de Minas Gerais que não prevê a formação deste Comitê.

Como a Eng^a. Patrícia Bozon analisa o papel da ANA e SRH?

Resposta: É a SRH que implementa a Política Nacional de Recursos Hídricos e que é a Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Com o surgimento da ANA, a SRH perdeu sua segurança no processo.

O papel da ANA é o de fiscalizar e controlar bem como o de fomentar a Política Nacional de Recursos Hídricos;

A ANA mostrou uma prepotência que a tem caracterizado. Não conseguiu passar a mensagem nos temas propostos e se ausentou da discussão. Lamentável que a ANA está em busca de platéia e não em busca de soluções.

Foi condenado o fato de que a ANA desconsiderou o plenário em relação ao debate.

Foi sugerido que a ANA participe efetivamente da preparação e organização dos Encontros para se comprometer com o debate.

A Eng^a. Patrícia Bozon sugeriu que no V Encontro tenha Comissões dos vários segmentos para garantir maior participação destes, afirmando que a sociedade civil vem comparecendo majoritariamente e só com a participação de todos os segmentos o Sistema se fortalecerá;

O Coordenador Adjunto do Fórum Nacional esclareceu que, durante as atividades de programação do IV Encontro, houve uma grande articulação com a ANA e que a mesma havia assegurado o compromisso de apoio ao Encontro Nacional.

O mecanismo fundamental no modelo de gestão é a transparência em relação a todos os temas: cobrança, planos de bacia e a importância da participação de todos os segmentos.

Dia 20 de Maio

Tarde

Sala 2

Tema: A Política de Recursos Hídricos e o Pacto Federativo

Palestrantes:

Rodrigo Melo – Procurador da Agência Nacional de Águas - ANA

Edílson de Paula Andrade –Secretário Executivo do CEIVAP

Mauro da Costa Val – Presidente do Comitê de Bacia do rio Paraupeba – MG e coordenador do Fórum Mineiro de Comitês de Bacias.

Coordenação da Mesa:

Raimundo Malta – Presidente do Comitê do Rio Camboriú – SC.

Relator:

Pedro Paulo Oliveira Martins - Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Caratinga - MG

I - Síntese dos Trabalhos

Rodrigo Melo iniciou sua exposição enfatizando as qualidades da água, desde suas características físicas, sociais e históricas. Logo após, expôs a competência do domínio estadual e da união quanto à gestão dos rios. Sobre o tema descentralização do domínio das águas, citou que este é erroneamente interpretado pois na lei, esta condição é ilegal. Detalhou que dominialidade está relacionada à fiscalização, outorga e regulamentação e não está relacionada à descentralização, esta passa para Estados e Municípios ou não, estimulada e coordenada pela comunidade da bacia hidrográfica.

Explicou que o papel da Agência é o de ação local para os recursos hídricos. Salientou também que quanto mais locais forem as ações, melhor será. Afirmou ainda que a gestão executiva deverá ser de acordo com o Plano de Bacia da região. Os condicionantes para a boa atuação das Agências são:

1 – Jurídico operacional: descentralizar outorga; a fiscalização; não ser entidade privada e sua estrutura deverá sustentar a base para a descentralização. Quem o fizer deverá ser ético e bem estruturado:

2 – Estas deverão estar distribuídas ao longo das bacias hidrográficas, representativamente. Quanto mais Agências, melhor para atuação dos Comitês.

Comentou sobre a necessidade de maior flexibilidade da Lei paulista para melhor adequação à Lei

Federal 9.433. Sugere que, de acordo com os trabalhos para a formação da Agência do CBH do Paraíba do Sul, é de interesse que a Agência mantenha a característica das associações civis e se espelhe na composição dos Comitês, paridade na representatividade, no entanto seria de interesse uma menor representação do poder público e que este execute os trabalhos sob orientação das Agências. Destacou que a harmonização é básica para a integração do Município, Estado e União para a gestão dos recursos hídricos, sem no entanto ferir a autonomia destes.

Encerrou seus trabalhos falando que se a experiência der certo, será a mais importante construção federativa desde a Primeira República.

O tempo do participante encerrou tendo em vista a necessidade do mesmo voltar a Brasília. Assim, uma vez que o palestrante não pode permanecer, o debate sobre a sua exposição não foi realizado e os debatedores se prenderam a dois temas.

1 – Mauro da Costa Val falou sobre os direitos constitucionais de 1988, sintetizando fundamento e competências da Constituição Federal e o poder de intervenção da Federação. As fragilidades do pacto pelas águas, desnivelamento conceitual, ausência de gerenciamento de recursos hídricos dificultando a tomada de decisões, devido a falta de instrumentos analíticos e adequados. Organização dos Estados com “autorizações cegas”; consumismo com descartabilidade; a distribuição de renda altera a vida dos Comitês.

Encerrou citando que o atual federalismo é influenciado pela constituição de 1967 com tendências centralizadoras, mas que o mais adequado para o país é o federalismo do equilíbrio (Município, Estado e União).

2 – Edílson de Paula Andrade iniciou afirmando que o Plano Diretor de uma grande bacia não é o somatório dos planos de suas bacias (sub-bacias) estaduais mas sim um consenso da realidade da Bacia Nacional. Provocou polêmica ao dizer que comitês ou sub-Comitês não poderiam ser representantes ou membros em um comitê nacional. Discorreu sobre a distribuição dos diferentes setores na representatividade de comitês nacionais, segundo Resolução 005.

As recomendações da plenária apontaram para que o Estado mantenha a dominialidade das águas subterrâneas.

Dia 20 de Maio

Tarde

Sala 3

Tema: Portaria 1469 MS – Potabilidade da Água para Consumo Humano

Palestrantes:

Guilherme Franco Netto – FUNASA

Lívia Aguijarro – Comitê da Bacia Hidrográfica dos rios Piracicaba-Jundiaí-Capivari - SP

Coordenação da Mesa:

Ana Cecília Perroni (CORSAN – RS)

Relatora:

Maria Margarida Pereira – Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Alto Jaguaribe - CE

I – Síntese dos Trabalhos

O palestrante abordou as seguintes questões:

- 1) Aspectos relacionados à questão da qualidade da água;
 - aumento de diálogo com os Comitês de Belo Horizonte;
 - aumento do diálogo com gestores da sociedade;
 - visão integrada com a sociedade no processo de qualidade da água;
 - formação de câmaras técnicas de preservação do meio ambiente;
 - implantação dos programas de qualidade de água.

- 2) Concretização de um protocolo de intenções, para melhor realização das ações do Comitê de Piracicaba e Jundiaí.

Definiu como público alvo as operadoras das ETEs, a de sistemas alternativos e a vigilância municipal (principalmente) e como estratégia a divulgação através de palestras técnicas, workshops, programas de capacitação e apoio aos centros de pesquisa, com recursos decididos pelos Comitês.

Os participantes levantaram os seguintes questionamentos:

- 1) A não inclusão da maioria dos produtos agroquímicos;
- 2) Como a FUNASA vai fiscalizar a aplicação da Portaria, principalmente nos pequenos serviços ?
- 3) A dificuldade de fiscalizar as Prefeituras Municipais, a área rural e os hospitais;
- 4) A não inclusão da imprensa e da população nos trabalhos.

O palestrante respondeu que as mesmas regras do Sistema Único de Saúde, no nível dos Estados e Municípios, orientarão a vigilância pelos órgãos ambientais e que, com a finalidade de ampliar as discussões, a portaria passará por um processo de revisão a cada dois anos.

Em seguida, foi apresentada por Livia Aguijarro a experiência desenvolvida no âmbito do CBH de Piracicaba-Jundiaí-Capivari onde está sendo montado um grupo de trabalho para estudar as questões a serem definidas após as normas suplementares.

Como recomendação para tudo isso, será necessário que as Secretarias Estaduais e Municipais se estruturarem e façam o trabalho de fiscalização.

Dia 20 de Maio

Tarde

Sala 4

Tema: Fontes de Recursos e Elaboração de Projetos

Palestrantes:

Regina Greco – Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Pará - MG

Coordenação da Mesa:

Ada Piccoli – Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Gravataí - RS

Relator:

José Holanda Neto – Secretaria de Recursos Hídricos - SE

I – Síntese dos Trabalhos

A palestrante iniciou sua abordagem agradecendo a oportunidade, observou a importância da inserção deste tipo de tema na programação do Encontro, uma vez que o mesmo possibilita, sobretudo, a multiplicação de informações. Citou que sua fala está baseada em sua prática de trabalho junto ao Comitê Pará, que de fato é um Comitê atípico na medida em que traz em sua origem o trabalho de um grupo de técnicos e que o mesmo possui CNPJ. Fez referências a fontes de recursos com destaque ao Ministério do

Meio Ambiente: PNUMA, Agenda 21.

Chamou atenção para o fato de que na atualidade existem áreas de maior interesse, a exemplo da Bacia do Rio São Francisco, Amazônia e Mata Atlântica, contudo “os recursos existem, estando na sua captação associada em grande medida ao ajuste do projeto ao que denomina ‘rubrica’ própria ou específica”. Quanto à elaboração dos projetos, alertou para o número de empresas que estão atuando na área e que, em geral, disponibilizam projetos “uniformizados” e sem levar em conta requerimentos básicos que, além dos critérios técnicos, devem estar respaldados pelas orientações normativas.

Em termos de uniformização, sugeriu que na elaboração de um projeto devem constar:

- Introdução apresentando em síntese o projeto;
- Identificação do Projeto – que pode ser feita inclusive com anexos do tipo: mapas, fotos, dados da entidade, dados bancários (conta corrente em banco vinculado ao governo Federal – BB ou Caixa Econômica), certidões negativas, licenças ambientais quando necessárias;
- Identificação do objeto de forma simples e direta, associada da melhor forma possível às metas a serem alcançadas;
- Justificativa onde deve explicitar a situação atual (a descrição da realidade do problema), os beneficiários ou envolvidos diretamente, além dos resultados a serem alcançados. É importante, no escopo do projeto, identificar o coordenador técnico e os parceiros (neste caso anexando declaração de seus compromissos);
- Metas – objetivas em sua descrição;
- Planilha de Custos – Cronograma físico e financeiro, inclusive das contrapartidas;
- Sustentabilidade – este item é bastante valorizado, ou seja, devem ser explicitadas a forma de operação e a continuidade do projeto. É importante, segundo sua experiência, buscar o envolvimento da comunidade e dar visibilidade ao Projeto através do que denominou de trabalho de “comunicação social”, quanto à mídia local e/ou regional.

Finalizando, ratificou que os projetos devem ser simples, objetivos e que devem estar respaldados pelas orientações normativas, além de agregar toda a documentação necessária.

O debate e questionamento que se seguiu foram mais voltados para as questões relacionadas com a elaboração de projetos, objetivando o tratamento de esgoto, os resíduos sólidos, a reciclagem, a recomposição de matas ciliares. As discussões também foram esclarecedoras quanto ao Programa de “despoluição de Bacias” executado pela ANA.

A palestrante colocou à disposição dos participantes, um documento digital contendo formulários e orientações normativas.

A título de sugestões, recomendou atenção para as especificidades do ano em curso, ou seja, em face ao processo eleitoral, tem-se o estreitamento dos prazos para apresentação, contratação e liberação dos recursos. Ponderou para a importância de se iniciar com projetos por micro-bacias e acentuou a importância de se ampliar as parcerias, que no caso específico das Prefeituras, requer em geral Projetos de Lei junto à Câmara de Vereadores.

Dia 21 de Maio

Manhã

Sala 1

Tema: A Cobrança pelo Uso da Água

Palestrantes:

Beate Frank – Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Itajaí –SC

Paulo Maciel Jr. – Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas - MG

Francisco Lobato – Representante do Governo do Estado do Paraná

Coordenação da Mesa:

Rosa Mancini – Comitê da Bacia Hidrográfica do Litoral Norte - SP

Relatores:

Flávia Barros – Agência Nacional de Águas

Wilson Lacerda – Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Salgado - CE

I - Principais abordagens

Experiência de Santa Catarina – Comitê Itajaí

Beate Frank

Beate Frank fez um pequeno relato dos antecedentes que levaram à organização na bacia, quando foi discutido o estatuto da Agência e o planejamento das atividades técnicas da Agência.

Comentou ainda que o PRODES-ANA acelerou o processo de implementação da cobrança e instalação da agência no Vale do Itajaí.

O sistema de gestão no Estado está incipiente, pois não tem os instrumentos de gestão outorga e cobrança regulamentados.

Apresentou as estratégias para a elaboração e discussão do projeto de cobrança

- Agosto/2001- definição do cronograma para instituição da cobrança.
- Elaboração do cadastro de usuários – 1400 usuários. Cadastro realizado com apoio da FATMA e GTZ.
- Elaboração da proposta de modelo de cobrança.
- Fevereiro/2002 – acordo para início da outorga no vale do Itajaí.
- Reuniões com os setores usuários para discussão do modelo de cobrança e definição de uma proposta de política de cobrança.
- Elaboração da minuta de política de cobrança (em andamento)

- Recepção de dados dos diversos setores usuários e revisão do modelo
- Realização de seminário técnico sobre o modelo de cobrança
- Nova rodada de reuniões com setores usuários

-

- Audiências públicas nas várias regiões da bacia

- Aprovação pelo Comitê do Itajaí

- Aprovação pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos (prazo?)

Atualmente, o trabalho está em fase de recebimento de dados e informações para avaliar o modelo proposto.

Descreveu os principais usos da água:

- a) insumo do processo produtivo;
- b) receptor de resíduos;
- c) meio de suporte de atividades de produção ou consumo

Descreveu os usos e os consumos, destacando o grande consumo de água para cultura de arroz e para a suinocultura.

Os usuários foram definidos em 10 grupos distintos: Abastecimento público e esgotamento sanitário; Setor hidroelétrico; Piscicultura; Irrigação (Rizicultura); Pecuária (Suinocultura); Porto; Setor industrial;

Postos de Combustíveis com lavação de veículos; Mineração; Lazer e Esporte; (Não cadastrados: poços artesianos e áreas impermeabilizadas)

A idéia básica da discussão da cobrança é:

MODELO – define quanto custa a água, e está sujeito a revisões técnicas e reflete a realidade do custo.

POLÍTICA – define quanto se pagará pelo uso da água e reflete a realidade econômica.

Apresentou o modelo de cobrança proposto, sendo que a base de dados foi o cadastro de usuários (carência nos dados do setor agropecuário).

1. O fundamento da política de cobrança é dado pela Lei Estadual no 9.748/94 e pela Lei Federal no 9.433/97.
2. O Comitê parte da idéia de que todos os beneficiados com o uso de água deverão participar da cobrança pelo uso da água, sendo isentos somente usos insignificantes e usos não comerciais (a definir).
3. A implantação da cobrança não deverá prejudicar/inviabilizar a atividade econômica dos usuários. Por esta razão, o valor máximo cobrado não deverá ultrapassar a 2% do valor de mercado do produto (será disponibilizado no site do comitê um simulador de cálculo).
4. O Comitê do Itajaí reconhece que a situação da qualidade da água é grave, fato que dificulta o tratamento da água para todos os usuários. Os usuários que se acharem prejudicados por causa da qualidade da água captada, devem comprovar este prejuízo, através de análises.
5. Não existe capacidade técnica imediata para considerar a qualidade de água captada na determinação do valor a ser cobrado. Sendo assim, fica estabelecido um prazo de quatro anos, a partir da implantação da cobrança, para revisar este aspecto.

6. Considerando que os rios da bacia do Itajaí foram classificados segundo o Art. 5º da Lei Estadual 14.250 e enquadrados de acordo com a Portaria 024/79 e que a maior parte é de classe 2, os valores pagos não são diferenciados em função da classe.
7. Os resultados do monitoramento da qualidade de água dos rios da bacia serão disponibilizados ao público.
8. A responsabilidade da aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança é do Comitê do Itajaí através da sua Agência de Água.
9. Distinguimos “produtores de água” de usuários de água.
10. Usuários ou usos que trazem benefícios para a situação hídrica da bacia serão compensados por suas atividades (a ser definido).
11. Os usos de água a serem cobrados são os estabelecidos pela outorga, cuja responsabilidade é do Estado, bem como a sua fiscalização.
12. Para usuários que devem realizar um controle contínuo das qualidades dos efluentes lançados fica estabelecido:
 - Usuário sem automonitoramento regular pagará 100% do valor a ser cobrado.
 - Usuário com automonitoramento regular pagará 75% do valor a ser cobrado;

- Sanções para quem não cumpre o estabelecido na outorga são fixadas na Lei de Recursos Hídricos.

13. Os PUBs (preços unitários básicos) sofrerão correção monetária anualmente pelo IPCA do IBGE.

14. Depois da implantação completa da cobrança, os PUBs poderão ser revisados.

15. O modelo de cobrança estabelece duas fases: a cobrança parcial e a cobrança completa.

16. A cobrança deverá ser implantada de maneira escalonada em quatro anos de acordo com as etapas assim definidas:

Primeiro ano: 50% do valor da cobrança parcial

Segundo ano: 75% do valor da cobrança parcial

Terceiro ano: 100% do valor da cobrança parcial

Quarto ano: 100% do valor da cobrança completa.

17. A fim de viabilizar a operação da cobrança, a sua implementação deverá ser feita por setores usuários, de acordo com a seqüência:

1º ano. Abastecimento público, esgotamento, geração de energia e indústrias.

2º ano. Porto, mineração e esporte e lazer.

3º ano. Agropecuária

Considerações referentes ao modelo:

- Ø necessidade de uma equação clara;
- Ø equilíbrio dos usuários;
- Ø dados acessíveis;
- Ø impacto econômico baixo.

Proposta de implantação do modelo em 2 fases:

- Modelo parcial - com os dados disponíveis hoje.
- Modelo completo - com a complementação dos dados.

Para a definição da proposta do Modelo do Itajaí foram estudados os modelos dos estados do Ceará e de São Paulo e do CEIVAP, sendo que o modelo de São Paulo foi a referência.

Comentou as vantagens e desvantagens do modelo proposto e destacou como vantagem:

- todos os usuários estarão envolvidos;
- define preços unitários básicos.

No modelo parcial o setor abastecimento público corresponde a 35,3% da receita e no modelo completo o setor industrial corresponde a 34,2%.

Parâmetros utilizados para cálculo da cobrança:

– Modelo de cobrança parcial:

Captação; consumo; DQO; Sólidos Suspensos;

– Modelo de cobrança total:

Captação; consumo; DQO; Sólidos Suspensos; CTotal; N; P e para a indústria, metais e toxicidade.

O modelo foi amplamente discutido com os usuários os quais concordam com o mesmo, mas solicitaram um prazo maior para a implantação da cobrança.

A primeira versão da proposta de política de cobrança prevê:

- todos os beneficiários pelo uso da água deverão participar da cobrança.
- o valor máximo de cobrança deverá ser até 2% do valor de mercado do produto.
- o usuário com dificuldade em tratar a água, em função da qualidade, terá o valor de captação reduzido;
- diferenciar o produtor de água do usuário de água
- usuários serão cobrados a partir da outorga

A responsabilidade da aplicação dos recursos pela cobrança será do Comitê através da Agência.

Experiência do Paraná – Francisco Lobato

Comentou os antecedentes para a implementação do sistema de gestão no Estado.

Comentou que o processo de elaboração dos decretos contou com debates envolvendo todos os atores e os textos foram de consenso.

- Decreto 4646 de 31/08/01 que dispõe sobre o regime de outorga;
- Decreto 4647 de 31/08/01 que regulamenta o Fundo Estadual de Recursos Hídricos

Outorga será a base da cobrança, pois os outorgados estão sujeitos à cobrança.

Para a implantação da cobrança no Paraná só faltam providências de caráter administrativo.

Apontou para a importância de se definir o fluxo financeiro dos recursos arrecadados e este recurso é uma receita patrimonial de um bem público sendo receita orçamentária.

Descreveu as atribuições dos atores envolvidos no Sistema de Gerenciamento no Estado, destacando:

Conselho Estadual – aprova o manual de cobrança;

Órgãos estaduais de recursos hídricos:

SUDERHSA – desenvolve o manual técnico de cobrança e propõe os valores de referência de cobrança ao Conselho.

Em princípio, a prerrogativa da cobrança é do órgão outorgante. Portanto em bacia que não houver Comitê e Agência o órgão outorgante poderá efetuar a cobrança.

Comitê:

- credencia os consórcios ou associações de usuários para o papel de agência (UED's – unidades executivas descentralizadas).
- aprova o contrato de gestão e o plano de trabalho entre o Estado e a UED.
- aprova e acompanha a cobrança e a aplicação dos recursos.

UED – efetua a cobrança e é o gestor da sub-conta privada.

Agente financeiro - mantém o sistema de faturamento da cobrança e Agência não é uma instituição financeira (banco).

Procuradoria Geral do Estado - poder de instaurar processos administrativos.

Parâmetros de cobrança

Volume captado, consumido, derivado e extraído; DBO; sólidos suspensos, diferença entre DQO E DBO e parâmetros regionais relevantes.

Apresentou as fórmulas de cobrança, que fazem parte do Decreto.

Nas fórmulas são considerados os fatores regional e sazonal.

Refere-se à possibilidade de serem estabelecidas diferenciações entre regiões de uma mesma bacia hidrográfica, levando-se em consideração os seguintes fatores, cuja escala será proposta pela SUDERHSA:

Fator F_1 : a classe preponderante de uso em que esteja enquadrado o corpo de água objeto de utilização

Fator F_2 : as prioridades regionais e as funções social, econômica e ecológica da água

Fator F_3 : a disponibilidade e o grau de regularização da oferta hídrica;

Fator F_4 : as proporcionalidades da vazão outorgada e do uso consuntivo em relação à vazão outorgável

Fator F_5 : Outros fatores, estabelecidos a critério do CERH/PR

Fórmula de Determinação do Coeficiente: **$K_r = S(P_i * F_i) / S P_i$**

Coeficiente Sazonal r

efere-se à possibilidade de serem estabelecidos valores de cobrança distintos para diferentes épocas do ano.

Seus valores ou escalas de variação poderão ser sugeridos pela SUDERHSA como subsídios à sua definição pelos CBH's e respectivas UED's.

Foram feitos estudos de impactos dos valores cobrados e pesquisa de disponibilidade a pagar.

No abastecimento, em alguns casos, os impactos da cobrança foram relevantes e superiores a 10% .

No setor industrial, os maiores impactos foram nas indústrias de fecularia e de açúcar e álcool, sendo que estas deverão investir nos processos produtivos.

Apresentou a tabela com valores de referência para cobrança.

A expectativa de arrecadação é de R\$25 milhões /ano.

Captação corresponde a 43,2% do valor arrecadado e lançamento a 56,8%, sendo esgoto doméstico não tratado a grande fonte de arrecadação.

Atualmente está em discussão o contrato de gestão da associação de usuários no Alto Iguaçu.

Experiência do Rio das Velhas - MG – Paulo Maciel Jr.

Apresentou a localização geográfica da bacia, dados da bacia e principais características.

Comentou os grandes problemas com ausência de tratamento de resíduos, assoreamento e erosão.

Comitê criado pelo Decreto 39.692 de 29/06/98 com sede em Belo Horizonte. Composto de 28 membros.

Descreveu as atribuições do Comitê destacando que o Comitê aprova outorga de grande potencial poluidor.

No Comitê do Rio das Velhas a premissa é de que a cobrança financiará o Plano Diretor – estudo realizado no período de 1994 -1997 com horizonte até 2018.

No Comitê foi definido um modelo provisório de gestão criando a Unidade Técnica enquanto não se cria a Agência.

Unidade Técnica - viabilizada em processo de parceria com os membros do Comitê.

Comitê possui convênios para diversos estudos.

Plano de investimento – R\$ 1.071 milhões

è esgoto corresponde a R\$ 688milhões. Está em implementação e algumas ações previstas estão sendo antecipadas.

Discussão da cobrança em conjunto com o Plano de Bacia.

Comentou os programas em andamento.

Prioridade para atender ações e programas por sub-bacias.

Necessidade de normas mínimas a serem definidas pelo CNRH para a aplicação em todo o país e que cada região faça as adequações necessárias em função de suas especificidades.

Proposta de Cobrança

1 – Plano de investimento como referência para fixar valores.

A bacia possui 9000 usuários cadastrados, sendo que o setor agropecuário foi excluído.

Recursos retornam como empréstimo.

Comentou os parâmetros financeiros, taxa de retorno, juros, etc...

- Custeio da Agência – 5% da arrecadação.

- Estimativa de R\$ 98 milhões/ano

- Comitê aprovou uma deliberação normativa visando:

- Acelerar a implantação do plano.
- Implementar os instrumentos de gestão;
- Implantar a unidade técnica;
- Ações emergenciais e a cultura pelo pagamento.

Permite que usuários tenham bônus de pagamento se investirem em ações previstas no Plano em atividades de terceiros.

Para isto será necessário Convênio ou repasse ou investimento direto em ações previstas no plano.

DEBATE:

Beate – fez comentários sobre a diferença do processo de discussão da cobrança no Paraná e Santa Catarina. Em Santa Catarina o processo partiu de iniciativa da sociedade buscando regulamentação do sistema e no Paraná por iniciativa do Governo.

Em Santa Catarina são 11 Comitês instalados que estão pressionando o Estado e fornecendo subsídios para regulamentar os instrumentos.

No Paraná, estão primeiro sendo regulamentados todos os instrumentos para depois colocá-los em prática.

Lobato - comentou que este processo de regulamentação no Paraná é participativo envolvendo todos os atores.

Não concorda que o CNRH deva definir normas gerais de cobrança, para não se ter um modelo único.

Comentou que o volume previsto de arrecadação no Iguaçu é de 39% do valor previsto no Plano de Bacia.

Considerou que não será possível o repasse a fundo perdido dos recursos arrecadados para o setor privado devido à legislação fiscal do país.

Para os municípios o repasse poderá ser a fundo perdido através de convênio com previsão de contra-partida.

QUESTÕES

Como será a cobrança para captação de água subterrânea, turismo, águas minerais?

A cobrança será como para os demais usuários a partir da outorga.

Se o impacto da cobrança nas feculárias representa necessidade de rever as concessões de outorgas?

Não. O que pode ser verificado é a necessidade do setor modernizar seus processos.

Parte dos recursos da cobrança poderão ser aplicados para modernizar os processos produtivos.

A implementação do Plano dificulta a implementação da cobrança?.

Não, porque o Plano deve conter mecanismos para implementar e induzir a cobrança.

Qual a estrutura operacional da agência?

Assembléia geral

Conselho Administrativo

Conselho Fiscal

Diretoria

Necessidade de prever uma estrutura enxuta, com os custos previstos nos 7,5% dos recursos da cobrança

Figura jurídica similar a OCIPs

Cobrança como mercado de água é guerra fiscal ?

Não, pois a cobrança será feita pelo direito de uso da água.

Políticas de quantidade e qualidade de água não valoram as questões florestais; até que ponto os planos considerarão estas questões e também o desenvolvimento sustentável?

Qual o compromisso do usuário para garantia do desenvolvimento sustentável?

Em Santa Catarina está em discussão o conceito do produtor de água.

Na bacia do rio das Velhas prevê-se ações não estruturantes de preservação de matas ciliares.

A legislação mineira considera passível de cobrança todo aquele que usa a água, independente de outorga.

Foi discutida a relação dos recursos da compensação financeira X cobrança.

O valor considerado para o setor elétrico no Paraná considera a transposição e as PCH's.

Se o recurso arrecadado pela ANA do setor elétrico tem vinculação para ser aplicado na bacia de arrecadação?.

Não e receitas patrimoniais não têm destinação específica, por isso na lei a palavra “prioritariamente”.

Quais fatores levaram a isenção do setor agropecuário no Paraná?

Setor agropecuário não é relevante e o custo administrativo é muito elevado para cobrar. A isenção de cobrança do setor foi somente sobre a captação e não há isenção da cobrança pela poluição. Dos 370.000

usuários agropecuários cadastrados somente 473 seriam afetados pela cobrança.

Isenção de cobrança não isenta necessidade de outorga.

Bacia do Itajaí não tem Plano e o que balizou os valores da cobrança ?

Existe um pré-estudo e um pacto da bacia que define as prioridades de ação na bacia.

Conclusões

Cobrança não é taxa e sim a cobrança de uma matéria prima.

Necessidade de conquistar os usuários para o pagamento pelo uso da água è compromisso político.

Necessidade de prever bonificação para o produtor de água que preservar suas águas.

Dia 21 de Maio

Tarde

Sala 1

Tema: Relação Gestão Costeira e Águas Interiores

Palestrantes:

Rosa Maria Mancini – Comitê da Bacia Hidrográfica do Litoral Norte – SP

Regina Coeli Carneiro Marques – Comitê da Bacia Hidrográfica de Mundaú - AL

Eduardo Normande - Comitê da Bacia Hidrográfica de Mundaú - AL

Milton Haack – Comitê da Bacia Hidrográfica do Tramandaí - RS

Coordenação da Mesa:

Jussara Pamplona – Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí - SC

Relatores:

Érico Porto Filho – Comitê da Bacia Hidrográfica da Lagoa da Conceição - SC

Colaboradoras de relatoria:

Agda Cristina Pereira dos Santos

Denise Aparecida Bunn

Eugenia Maria Chemim

Patrícia Regina Aguiar Faccini

Simone Isabel Ventura

I – Síntese dos Trabalhos

Com a ausência da palestrante Diane Rangel, o tema foi apresentado por três experiências relatadas pela socióloga Rosa Mancini, do Comitê Litoral Norte de São Paulo, pela arquiteta Regina Coeli, do Complexo Mundaú - Manguaba – Al e pelo geólogo Milton Haack, do Comitê do Rio Tramandaí – RS.

Experiência 1:

Iniciados os trabalhos, a socióloga Rosa Mancini apresentou a estrutura da sua exposição definindo como

abordagem as seguintes temáticas centrais:

1º – Relação indissociável das estruturas legais, entre a lei do Gerenciamento Costeiro - GERCO e a Política Nacional de Recursos Hídricos.

O GERCO é instituído no nível federal pela Lei nº 7661/88 e no nível estadual pela Lei 10019/88. No ambiente estadual o objetivo do GERCO é definir o zoneamento que leve em consideração aspectos sociais, econômicos e ecológicos que definam um padrão de ocupação. De 1998 a 2001 as ações do GERCO estadual construíram o mapeamento temático da zona costeira e um padrão de zoneamento ecológico econômico definindo critérios para o crescimento urbano e as competências dos municípios, excluindo a definição de um zoneamento para a zona marinha.

Com relação à gestão dos recursos hídricos, os instrumentos legais aplicados no Estado de São Paulo são a Lei Federal nº 9433/97 e a Lei Estadual nº 7663/91. A palestrante salientou que a implementação da política estadual é anterior a lei federal e foi definida de uma forma não participativa. Salientou que no Estado de São Paulo, dos 21 Comitês de Bacias Hidrográficas, três se encontram em área costeira: Litoral Norte, Baixada Santista, Ribeira de Iguape (Litoral Sul), e desenvolvem suas ações com base num modelo de gestão democrática e participativa.

2º – As interfaces entre os dois sistemas de gestão.

A palestra salientou que os dois modelos permitem a gestão dos mesmos problemas e conflitos que se apresentam na zona costeira como a necessidade de saneamento básico e o disciplinamento do uso e ocupação do solo e a necessidade de implementação de políticas conservacionistas. Neste contexto, identificou como um problema a definição das competências sobre os bens e as ações a serem implementadas, como por exemplo, o conflito entre a ocupação desordenada, a perda da qualidade ambiental promovida pela mineração e a falta de saneamento básico, entre outros.

3º – A necessidade e definição de novas ações:

3.1- A necessidade de integração de gerenciamento e a incorporação de dados e modelos, pois os levantamentos disponíveis não convergem;

3.2- A necessidade de congregar os planos setoriais e suas diretrizes temáticas nas esferas municipais;

3.3- A necessidade de promover uma discussão interinstitucional para uma melhor definição das competências setoriais sobre a gestão da área;

3.4- A necessidade de uma definição urgente sobre a viabilidade legal de implementar um sistema de cobrança sobre o lançamento de efluentes nos recursos hídricos na zona costeira e no oceano adjacente;

3.5- Por fim, propôs a formação de uma rede nacional de integração dos Comitês Litorâneos para a troca de experiências e o encaminhamento de demandas de gestão integrada.

Experiência 2:

A segunda foi apresentada pela arquiteta Regina Coeli que falou sobre as ações de implementação de gestão no Complexo Mundaú-Monguaba, no litoral alagoano. Iniciou sua explanação apresentando a experiência de gerenciamento desenvolvida como um grande celeiro de pesquisa ressaltando que nenhum tipo de Comitê gestor foi implementado apesar dos primeiros trabalhos de diagnóstico do Complexo terem sido iniciados no final da década de 90.

A palestrante caracterizou geograficamente o Complexo Lagunar e a extensa abrangência da sua rede hidrográfica constituída por 44 bacias inseridas nas vertentes do São Francisco e Atlântica, abrangendo 50 municípios dos Estados de Alagoas e Pernambuco. Salientou que falta uma definição mais clara sobre a zona costeira da bacia, pois cerca de 81km² do complexo são constituídos por águas salobras. Esta indefinição reflete-se na discussão sobre dominialidade do Estado ou da União na implantação de um sistema de gerenciamento.

A palestrante expressou sua preocupação com relação ao zoneamento definido pelo GERCO estadual tendo em vista os problemas relacionados ao crescimento demográfico e urbano da cidade de Maceió, os problemas de saneamento básico e os efluentes do pólo cloro-químico, quando se considera que no complexo cerca de 5000 pescadores garantem a subsistência de suas famílias e produzem alimentos na forma de recursos vivos para uma população de 1.060.000 habitantes. A palestrante salientou que o Complexo Lagunar é muito rico em usos múltiplos com grandes potencialidades em recursos pesqueiros, petróleo, sal-gema, além de sua beleza cênica e do grande patrimônio histórico. Fica evidenciado que as demandas de usos destes recursos geram conflitos diversos entre a extração dos recursos vivos (peixes,

crustáceos e moluscos), as atividades industriais e a indústria de turismo.

Em seguida foi apresentado o histórico sobre as ações implementadas dos anos 70 até o momento, que envolvem a realização de diagnósticos, planos de controle de enchentes, projetos e convênios de cooperação FAO/ONU e a GTZ, além do desenvolvimento de parcerias com as indústrias químicas e as esferas governamentais visando a geração de informações, o desenvolvimento de programas de capacitação e planejamento que definiram diversas tentativas de formação e criação de um Comitê de Gestão para o Complexo.

Como dificuldades encontradas, a palestrante enfatizou o desestímulo dos setores da sociedade e que o Estado ainda é desprovido de uma lei de gerenciamento costeiro, havendo uma indefinição quanto ao modelo de gestão a ser adotado.

Atualmente encontra-se em fase de planejamento e implementação o plano de ação e gestão integrada para a recuperação do complexo assumido pela ANA na forma de um projeto demonstrativo. Desenvolve-se um termo de referência para um trabalho a ser financiado numa primeira etapa pelo PROÁGUA.

Finalizando a palestrante enumerou as seguintes dificuldades na implementação da gestão integrada no complexo:

1º – Os Planos Diretores das Bacias Hidrográficas do Complexo não incluem a zona estuarina, havendo a necessidade do desenvolvimento de sistemas de modelagem hidrometeorológico;

2º – Quanto à outorga, a indefinição sobre a dominialidade da União define que no complexo o uso não é consuntivo, não incorrendo a outorga;

3º – Falta definir um modelo que permita, de fato, uma gestão participativa.

Encerrando, a palestrante deixou claro o grande investimento de tempo dispensado até o momento que a faz acreditar que o plano será, no futuro próximo, um instrumento de recuperação e de promoção de uma mudança de comportamento de submissão para a cooperação.

Experiência 3:

O geólogo Milton Haack, presidente do Comitê do Rio Tramandaí – RS, convidado no evento para contribuir com a temática devido a ausência da palestrante Diane Rangel (ANA), iniciou seu relato caracterizando o processo de articulação iniciado em 1977, em 17 municípios do litoral norte do Rio Grande do Sul, que após dois anos de trabalhos de comissões e câmaras técnicas culminou com a criação do Comitê Tramandaí.

O palestrante caracterizou que a criação do Comitê partiu de uma demanda do GERCO e da necessidade de discutir com a sociedade civil a definição de um modelo de gerenciamento. No final da década de 90, quando se definiu uma formação provisória para o então Comitê do Litoral Norte, a estrutura institucional do Estado definia a gestão do meio ambiente como atribuição da Secretaria de Obras, caracterizando dificuldades políticas na implementação de um modelo de gerenciamento.

O Comitê Tramandaí foi criado em 1999 e a primeira diretoria instituída em 2000. Neste mesmo período a estrutura institucional do Estado passou por uma mudança onde foi criada a Secretaria de Meio Ambiente, assumindo a Coordenação de todo o sistema Estadual de Recursos Hídricos.

Estabelecendo uma parceria com o órgão ambiental, a FEPAM, foram definidas conjuntamente uma série de ações que permitiram a consolidação do Comitê Tramandaí.

Como maiores dificuldades o palestrante deixou claro que as mudanças institucionais causaram retrocessos, como, por exemplo, o Fundo de Investimentos em Recursos Hídricos do Estado permaneceu na esfera da Secretaria das Obras Públicas e Saneamento - SOPS, mas atualmente foram promovidas alterações e o sistema de gestão de recursos hídricos no Estado foi implementado.

Essas dificuldades geraram deficiências quanto a infra-estrutura e a falta de repasse de recursos financeiros para os Comitês do Estado. Apesar disso, em 2001, o Comitê Tramandaí definiu um termo de referência para a contratação do seu Plano de Bacia.

Finalizando, o palestrante deixou claro que no seu ponto de vista torna-se desnecessário a criação de unidades de gestão baseadas na Lei do GERCO, defendendo os princípios da Lei de Recursos Hídricos e a bacia hidrográfica como unidade de gestão. Salientou ainda que se torna necessária uma maior integração com as políticas setoriais bem como uma maior articulação interinstitucional na implementação da gestão participativa.

Não há necessidade de formação de colegiados para o GERCO, uma vez que já existem os colegiados dos Comitês. Como frase final considerou que “água salgada também é água”.

Questionamentos levantados no plenário e manifestações dos palestrantes sobre os mesmos

1- Celso (Baixada Santista): Fez consideração defendendo que não é necessária a implementação de dois sistemas de gestão para a zona costeira que se insere em bacias hidrográficas. Salientou a definição de mar, que no seu ponto de vista é entendida como tudo o que fica além da costa, e que os recursos hídricos é tudo que é água doce, gerando um grande vazio no que se refere à definição da zona costeira. Apóia a união dos Comitês litorâneos para uma melhor integração da gestão, e também à criação da rede de interligação dos Comitês, sugerido pela palestrante Rosa Mancini.

2- Cláudio Souto (Diretor Habitasul): Apresentando-se como representante do setor usuário da construção civil e empreendimentos turísticos e imobiliários, interessado no planejamento de ações de uso do solo na bacia do Rio Ratonas, localizada ao norte da ilha de Santa Catarina. Parabenizou a abordagem da temática pelo evento e a visão dos expositores com relação à necessidade de integração para a resolução de conflitos, principalmente no caso de áreas que envolvem passivos ambientais, com no caso da Habitasul, na bacia do Rio Ratonas.

Pergunta: Qual a preocupação da gestão dessas áreas para evitar a capacidade de carga (efluentes) em faixas de menor contingente populacional, que atendem a demandas flutuantes geradas pelo turismo de veraneio?

Resposta: A palestrante Rosa Mancini respondeu a interlocução demonstrando que a preocupação com relação às demandas de saneamento básico está presente em todos os planos setoriais no litoral Norte de São Paulo. Exemplificando que algumas prefeituras desenvolvem programas de fiscalização intensiva com relação à ocupação dos espaços costeiros, principalmente os não atendidos por sistemas de tratamento.

3- Érico Porto Filho (Professor da Universidade Federal de Santa Catarina e membro do Comitê da Lagoa da Conceição, Florianópolis): Após parabenizar a exposição da Mesa fez os seguintes questionamentos:

a) A falta de articulação política institucional não representa uma dificuldade de grande monta no planejamento e implementação dos sistemas de gestão? Como conciliar interesses difusos,

indisponibilidades de recursos e necessidades de gestão?

- b) Como integrar as unidades de gestão estabelecidas pela política nacional de recursos hídricos (bacia hidrográfica) e pela lei do GERCO (zona costeira)? Defendendo o uso da bacia hidrográfica pergunta, qual a melhor unidade a ser adotada?
- c) Os princípios definidos pelas políticas citadas defendem o caráter participativo e descentralizado das ações. Nesse sentido qual a validade de contratar uma empresa de consultoria para gerar um plano de gestão, tendo em vista que o mesmo deveria nascer no dia a dia dos comitês ou colegiados gestores?
- d) Se considerarmos que as lagoas costeiras e complexos lagunares ocupam mais de 10% da zona costeira da América do Sul e que estes são ecossistemas de grande produtividade, porque não considerar as águas salgadas ou salobras na implementação dos instrumentos de gestão dos recursos hídricos?
- e) Parabenizando o trabalho do Comitê Tramandaí - RS, destaca a importância da promoção de discussões definindo deliberações concretas;
- f) Considera o estabelecimento da rede de discussão uma necessidade de extrema importância e convida a todos a se unirem nessa iniciativa;
- g) Mencionando sua participação em 2001, no *workshop* de integração promovido pela ANA, em Vitória - ES, pergunta aos expositores onde está a Carta de Princípios construída coletivamente naquela ocasião?

Respostas: Rosa Mancini respondeu que, em São Paulo, as verbas entram na conta única do Estado para a otimização do GERCO, enquanto que, para a implementação dos recursos hídricos os recursos são viabilizados via FEHIDRO. Nesse sentido a aplicação desses recursos é definida após uma discussão sobre a unidade geográfica com maior demanda, mesmo que não se atinja a totalidade de uma bacia hidrográfica.

Com relação ao questionamento sobre a unidade geográfica defende a utilização das bacias hidrográficas. Com relação à contratação de consultoria para a realização dos Planos de Bacia, colocou que no Comitê do Litoral Norte de São Paulo, as bases que geraram o Plano foram desenvolvidas pelos técnicos do Comitê, que supervisionaram os trabalhos dos consultores.

Regina Coeli considerou que em relação à contratação de consultores externos para concepção dos Plano de Bacia, os trabalhos desenvolvidos até a década de 90 no complexo lagunar foram realizados por grupos institucionais atuantes na área e que a partir da inserção da ANA no processo de planejamento do complexo é que foram viabilizados recursos assumidos por esta Agência para a realização de uma concorrência internacional, visando a realização do plano de gerenciamento do complexo lagunar.

Com relação ao questionamento sobre a importância sócio-econômica do complexo, baseado na sua oferta dos usos múltiplos como, por exemplo, a disponibilidade de recursos vivos que sustentam cerca de 5.000 pescadores, a palestrante ressaltou que realmente existe uma forte demanda para uma melhor mobilização e atendimento deste importante setor, que comparado aos outros complexos estuarino-lagunares das regiões tropicais assumem grande importância. Disse que há muito a se fazer para organizar a atividade das comunidades tradicionais de pescadores e catadores de sururu, que vivem da oferta de recursos pelo complexo.

Fazendo menção quanto à interrogação sobre a Carta de Princípios estabelecida no *workshop* realizado pela ANA, em 2001, em Vitória - ES, a palestrante reiterou a reivindicação apresentada, enfatizando que naquele evento foi realizado um grande esforço dos palestrantes e que se esse trabalho não foi reconhecido pelos responsáveis da ANA, que nós, representantes ativos no processo de integração, suscitamos o resgate da Carta de Princípios e que ativemos novamente o processo de discussão.

Milton Haack, respondendo ao questionamento apresentado sobre o processo de criação do Comitê Tramandaí -RS, afirmou que realmente se uma extensiva discussão não fosse promovida as ações implementadas atualmente não teriam a mesma maturidade consensual. Com relação à contratação dos Planos de Bacia argumentou que também o Comitê Tramandaí dispõe de uma massa crítica local e interinstitucional que gerou o termo de referência, que agora serve de base à contratação do Plano de Bacia, dentro da dinâmica de atuação institucional atual da Secretaria de Meio Ambiente do Estado. Também relatou que no complexo lagunar Tramandaí, a pesca artesanal assume grande importância como atividade de subsistência e que o Comitê, por meio da criação de uma câmara técnica específica, vem tentando mobilizar os pescadores e organizar a atividade.

4- O oceanógrafo Antônio Marcos - RS manifestou a sua experiência no desenvolvimento de um estudo realizado sobre a integração das duas políticas na área da bacia do Rio Tramandaí e que os seus resultados enfatizam que não se pode conceber e enxergar a integração entre zona costeira e a bacia hidrográfica sem a implementação do processo de gestão integrada. Neste sentido, seu trabalho apontou cinco pontos indispensáveis para esta integração: gestão integrada; aspecto social; aspecto institucional; comunicação social e informação e a educação ambiental, que deve permear todo o processo de implementação do modelo de gerenciamento adotado.

5- Iuri Oliveira (Mestrando em Engenharia Sanitária e Ambiental da UFSC) reiterou a necessidade do

desenvolvimento da educação ambiental no processo de gestão integrada participativa em vários níveis.

Resposta: Milton Haack concordou com a observação, mas enfatizou que não é necessário um caráter formal na implementação de práticas de educação ambiental nos Comitês e que várias metodologias estão disponíveis para a aplicação em diferentes níveis.

6- Lúcio Monteiro (Comitê Pirapama) usou a palavra para questionar o caráter centralizador com que o projeto GERCO é implementado institucionalmente pelo Governo Federal e nos Estados. Neste sentido, exemplificou sua participação em uma oficina da GERCO onde as organizações da sociedade não participam ativamente das discussões e deliberações. Ressaltou a importância dos ecossistemas costeiros ou estuarinos, como os manguezais, para a subsistência de um grande contingente populacional do litoral brasileiro e que isto é um fator a ser considerado.

Resposta: Regina Coeli enfatizou sua manifestação usando como exemplo a importância sócio-econômica na pesca artesanal no complexo estuarino lagunar de Mundaú-Manguaba.

7- Ana Paula (SC) mencionou o processo de ocupação da zona costeira do município de Bombinhas - SC, onde a implementação da Reserva Biológica Marinha do Arvoredo - REBIO, restringiu as áreas de pesca artesanal, gerando uma demanda com relação às alternativas de subsistência das comunidades de pescadores artesanais, que subsidiadas pelo Estado implantaram a prática de maricultura, que contribui para a poluição. Gerou-se um conflito entre o caráter restritivo conservacionista e a necessidade de subsistência, o que suscita um questionamento quanto às alternativas de gestão para a área. O que fazer?

Resposta: Regina Coeli respondeu que um plano de manejo bem elaborado e vinculado à unidade de conservação e do entorno seria uma primeira ação e alternativa. Observou também que cabe à sociedade civil organizada fazer o seu papel no processo de gestão da região.

Dia 21 de Maio

Tarde

Sala 2

Tema: Gestão da Água no Semi-Árido

Palestrantes:

Francisco José Teixeira -SOHIDRA – CE

Yvonilde Medeiros – UFBA

Fátima Rego - SRH-RN

Coordenação da Mesa:

Ailton Francisco da Rocha -Superintendente de Recursos Hídricos - SE

Relator:

Cláudio Serrichio - CEIVAP

I – Síntese dos Trabalhos

Francisco Teixeira iniciou sua exposição afirmando pretender estabelecer premissas básicas para a estruturação da gestão de RH no semi-árido brasileiro, informando que a região ocupa 60 % da área do Nordeste e possui as seguintes características climáticas:

- presença da seca;
- precipitação de 300 a 800 mm anuais
- evaporação muito alta: 2.000 mm
- temperatura de 23 a 27° C

Afirmou que os dois estudos de relevância sobre a questão foram: o PLRHINE – Plano Integrado de Recursos Hídricos do Nordeste (SUDENE-1980) e o ÁRIDAS, do Ministério do Planejamento.

Caracterizou ainda a região a partir de seus aspectos sociais, econômicos e ambientais:

- 17 milhões de pessoas (30 % da população nordestina)
- agricultura de subsistência, pecuária extensiva, extrativismo vegetal (carnaúba, oiticica)
- nos últimos anos, algumas áreas irrigadas

Em relação aos Recursos Hídricos afirmou que a região possui:

- rios intermitentes
- 70 % do subsolo cristalino
- precipitação e escoamento superficial (4 l/s Km²).
- Eficiência hidrológica dos reservatórios é baixa (disponibilidade de 20 % da capacidade)
- Necessidade de infraestrutura para o armazenamento de água na época das chuvas (açudes, barragens, canais e adutoras);
- População difusa: nichos com até 20 famílias
- Dos 1730 bilhões de m³ precipitados/ano, 1523 m³ (76%) são evaporados ou transpirados

Afirmou que diante destes dados existe a necessidade de uma visão diferenciada no aproveitamento e na gestão de água no semiárido, considerando:

- a maior preocupação com a quantidade do que com a qualidade;
- a dificuldade para concessão de outorga (incerteza de chuvas);
- o risco de diminuição da eficiência hidrológica da bacia pelo espalhamento de obras de oferta d'água (evaporação dos reservatórios);
- precária organização dos usuários por bacias hidrográficas e por sistemas hídricos artificiais (vales perenizados, canais, adutora de múltiplos usos e açudes);
- a tarifa como um mecanismo de ressarcimento por serviço prestado e um sistema de indução ao uso racional na irrigação (compensação de perdas econômicas).

A partir das afirmações anteriores propôs um modelo de Agências de Águas para a região Semi-Árida:

1. O modelo de agência da Lei 9433 não é adequado ao semi-árido, pois a mesma não contempla, nas suas atribuições, a necessidade de serviços de operação e manutenção;
2. No semi-árido uma agência de águas tem que estar estruturada para desenvolver atividades não apenas inerentes a uma agência, mas também realizar ações típicas de um órgão de oferta de água bruta

para usos múltiplos;

3. Por questão de escala econômica, para ter autonomia financeira e sustentabilidade operacional dos sistemas hídricos, cada Estado do Nordeste deverá possuir uma única agência para gerenciar suas bacias (visto que algumas dessas bacias não são auto-sustentáveis economicamente);
4. Essa agência deverá ser, entretanto, flexibilizada com a participação dos Comitês no seu Conselho de Administração.

A experiência do Rio Salitre – Yvonilde Medeiros

A palestrante apresentou o Projeto de Gerenciamento Integrado da Bacia do Rio Salitre a partir do seu processo de mobilização e organização dos usuários.

Iniciou com uma apresentação da bacia, localizada no norte do Estado da Bahia e sendo uma das tributárias no Rio São Francisco.

O objetivo do Projeto é o de fomentar um processo de gestão dos RH a partir do diagnóstico participativo na bacia que envolve as seguintes atividades:

- a) Mobilização comunitária a partir da organização dos usuários visando o gerenciamento com informações sobre o gerenciamento, levantamento de expectativas, conhecimento de direitos e deveres e percepção sobre a importância da água;
- b) Diagnóstico ambiental da bacia: institucional, meio físico, sócio-econômico e conflitos no uso da água. Também cadastrando irrigantes e poços;
- d) Organização e capacitação dos usuários da água: reuniões dos usuários da água e entidades, treinamento de usuários, levantamento dos conflitos de uso de água e formação de Comitês de Bacias. Afirmou que a Lei da Bahia não prevê Comitês de Bacias para a gestão de recursos hídricos. Assim, no Salitre, foi adotado o modelo do Rio Pará (MG) – associação civil sem fins lucrativos que tem autonomia e pode receber recursos mas não pode deliberar conforme a 9433 e também não pode aprovar o Plano de Recursos Hídricos. No entanto, este formato tem permitido que os problemas e as soluções sejam discutidos com uma base local;
- e) Definições dos Critérios de Outorga de Uso da Água: necessidades hídricas e impactos ambientais;
- f) Plano de Gerenciamento Integrado: Plano estratégico de ações.

Conclusões:

- o problema mais grave não está só na escassez de água, mas na fragilidade das relações políticas e sociais (colonização, submissão e subserviência);
- o arranjo institucional ainda não é o ideal para a região Nordeste (que passa por um sentimento de propriedade pela sociedade e pelos seus problemas e soluções que passam pelo poder local);
- acesso à informação (base necessária e primordial) para que o gerenciamento dos RH ocorra;
- o obstáculo mais sério e que receamos é o tempo (quem está trabalhando hoje no NE com RH não vai ver as soluções) é necessário coragem e determinação para isso.

A experiência do Rio Grande do Norte – Fátima Rego

Apresentou o Programa “Água Boa” e a gestão participativa no Estado do Rio Grande do Norte, que foi concebido pela Secretaria dos Recursos Hídricos, no âmbito da Coordenadoria de Gestão de Recursos Hídricos e vem sendo implementado desde 1995, decorrente da necessidade de se ampliar a oferta de água para as populações carentes residentes em comunidades rurais distantes de sistemas adutores ou de mananciais superficiais produtores, cabendo a exploração e distribuição racional da água subterrânea como única alternativa de suprimento de água.

Seus objetivos são:

- a) recuperação de pequenos sistemas de captação e distribuição;
- b) perfuração e instalação de poços tubulares;
- c) instalação de usinas de dessalinização de água de poços tubulares que apresentam qualidade de água – físico-química e/ou bacteriológica não compatível ao consumo humano;
- d) instalação de sistemas fotovoltaicos – energia solar, em substituição a cata-ventos danificados ou em comunidades que não dispõem de energia elétrica convencional; e,
- e) instalação de cata-ventos em poços tubulares de baixa produção e que não dispõem de energia elétrica.

a)

f)

Em seguida, apresentou a tipologia de cada instalação e também a situação atual no Estado que já contempla:

3449 poços perfurados

2029 sistemas simplificados instalados

103 sistemas de dessalinizador instalados

150 sistemas com energia solar

Demonstrou ainda o investimento de R\$ 23.057.469,40 dos quais 67% têm sua origem em recursos estaduais.

Apresentou, em seguida, a metodologia de organização de associações de usuários, cujo objetivo é o de motivar as comunidades abastecidas por um determinado corpo d'água (Açude, Chafariz de Adutora, Lagoa, Canal, Sistema Simplificado de Abastecimento – Programa Água Boa, entre outros), a organizarem instituições representativas de usuários de água para participarem da gestão integrada, descentralizada e participativa dos recursos hídricos e atuarem como entidades interlocutoras junto ao Governo do Estado.

Apresentou as associações de usuários como:

- Pessoa Jurídica de Direito Privado, sem fins lucrativos, com prazo de duração indeterminado e com responsabilidade fiscal perante os Governos Federal, Estadual e Municipal;
- Instituição livremente criada pelos usuários de água de um determinado corpo d'água para defender o pensamento dos seus associados sobre a administração dos recursos hídricos, bem como representá-los junto ao Governo do Estado, através da SERHID, que as aceita oficialmente como interlocutoras válidas; e,
- Entidade autônoma, criada e organizada democraticamente, sem nenhuma vinculação político-partidária e isenta de qualquer interferência da SERHID ou de quaisquer outras instituições.

Demonstrou a metodologia de constituição das associações e também os resultados já alcançados:

101 associações criadas

25 comissões organizadoras instituídas

Debate:

Edmilson Araújo (CBH – Sergipe) concorda com a proposta apresentada por Francisco Teixeira de estadualizar a Agência de Bacia do Semi-árido.

Questionamentos:

Como as associações de RN articulam-se nas bacias hidrográficas?

Fátima: estamos pensando em formar um Fórum com todos as associações de cada bacia. Já temos um Plano de Bacia hidrográfica e conhecemos os usuários para a disponibilidade de cada bacia. A preocupação é começar o trabalho de gerenciamento qualitativo e quantitativo das águas.

A fragilidade no trabalho de mobilização na Bahia tem uma correspondência na legislação do Estado. É necessária uma articulação política para construir um ambiente parlamentar favorável à construção de uma legislação adequada.

Ivonilde: começamos o trabalho na Escola Politécnica achando que a solução seria muito técnica, no máximo incorporando sociólogos e outros especialistas. A partir daí, começamos a aprender e perceber o processo político e, gradualmente, a perder o receio dele e começamos, com o máximo de neutralidade, discutir as questões políticas de neutralidade, discutir um processo que nos traga boas notícias ainda este ano.

Já sabemos que o desenvolvimento não se faz de cima para baixo – qual foi o aproveitamento feito com a bacia de criar associação com relação às associações existentes? Um segundo defeito do

funcionamento da sociedade brasileira é a excessiva setorialização. Como vocês estão se ligando com os outros setores do governo com relação ao desenvolvimento que é sempre transversal? Qual é a mobilização na área específica do sertão? (Pierre Gervaisieu-CE)

Fátima – 1) verificamos se existem associações na área de ação. Se existe, procuramos fortalecer e criamos uma comissão de água nesta própria associação; 2) Secretaria de Agricultura participa, as secretarias municipais ajudam, a secretaria de Saúde do estado está envolvida nas campanhas; 3) Temos várias associações atuando no Projeto, na área do Seridó.

1) Se os recursos financeiros para financiar as ações viriam da cobrança ou teriam outras fontes de recursos? 2) Que percentual dos recursos iriam para cada bacia com o sistema estadual? Onde estaria o poder de decisão? Hoje a COGERH é auto sustentável com o dinheiro da tarifa, mas as intervenções têm sido bancadas com os recursos do Banco Mundial e administradas pelo Governo do Estado. O que defendo é que teríamos assento para os representantes dos comitês de bacias para haver mais transparência. Os cinco Comitês serão sustentados pelo Comitê da Região metropolitana? (CBH-Curu-CE)

2) Os seres vivos humanos são políticos e o técnico não pode abrir mão disso. As discussões estão sendo feitas muitas vezes favorecendo a questão econômica e a questão jurídica. Como as pessoas vão se inserir nesse contexto? Como a mesa vê a democratização da água?

Ivonilde: falava com relação à política partidária. Com relação à informação, elas estão muito dispersas.

Fátima: Reforço a questão da vinculação político-partidária. Água no Nordeste é poder e os políticos se sentem ameaçados quando a comunidade sabe o que precisa, o que quer e o que tem direito. O que não aceitamos é a ingerência política na associação.

Antônio Martins da Costa (SRH-CE): “assino embaixo as diversas experiências que são uma demonstração de criatividade e que seria muito bom que dentro de algum tempo tenhamos que administrar essas criatividades. Proponho moção ao CNRH para fortalecer a idéia de discutirmos melhor o desenvolvimento do NE.

Terezinha de Oliveira Gonzaga – representante da União das Mulheres de SP. Falou sobre a importância da questão de gênero e elogiou a postura de Fátima com relação à participação da mulher. Levantou questões com relação a SABESP; falou da manipulação política e clientelismo em São Paulo com relação a associação em épocas de eleição. Questiona: Qual foi o tipo de problema que enfrentou quando trabalhou a questão de gênero? A SABESP reforçou o papel discriminatório da mulher em campanha de

racionalização do uso da água.

Fátima – não tive nenhuma dificuldade de implantar a questão de gênero nas associações de usuários de água. Tive apoio do Estado e das Prefeituras.

Cláudio Serrichio – pergunta sobre a questão do uso múltiplo com a representação dos Comitês, na Agência. No Ceará é muito presente a questão dos usos múltiplos. Exemplificou a questão dos conflitos irrigantes x abastecimento de cidades x pescadores. É muito difícil imaginar a estrutura de Agência a partir dos comitês no Ceará. O que está faltando para termos uma instituição de um organismo que atua como Secretaria para dar um passo com uma transparência maior através da participação dos comitês na COGERH e, na sua decisão sobre tarifa, arrecadação e gestão e tendo supervisão de onde se aplica este dinheiro.

Ivonilde – O poder do Comitê está na força da Agência. Tenho medo de uma Agência no Estado – não sei o que muda – talvez seja o caso de pensar uma outra fórmula que a agência não fique na esfera do Estado.

Dia 21 de Maio

Tarde

Sala 3

Tema: Educação para os Recursos Hídricos e Comunicação Social

Palestrantes:

Cecy Oliveira - Água On line – RS

Ione Gutierrez – COMITESINOS - RS

Malu Ribeiro – Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Sorocaba Médio Tietê - SP

Coordenação da Mesa:

Raimundo José Félix – Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Jaguaribe - CE

Relatora:

Mailde Carlos Rego – Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio XXXXXX?? - CE

Síntese das palestras

A palestrante Cecy Oliveira iniciou sua apresentação agradecendo ao convite e à presença do auditório para, em seguida, focar a importância da imprensa e da população na comunicação social.

Citou Bernardo Toro para definir que mobilização é um “convocar voluntário, um ato de paixão, um ato de liberdade, uma adesão caracterizada pela paixão e uma explicação clara e objetiva”. Exemplificou isso afirmando que, segundo o mesmo Toro, a Revolução Francesa foi uma grande mobilização.

Após isso definiu o jornalista como uma ponte entre o técnico e a comunidade e que por isso o mesmo deve ter um conhecimento do assunto da entrevista.

Afirmou que existem referências sobre a água que são desconhecidas da população e que ninguém se aproxima do que não conhece.

Em relação a saneamento, sob o ponto de vista das pessoas, as preocupações remontam à escassez, falta de água, preço de esgoto, serviços de qualidade e beleza paisagística, na ordem decrescente dos itens. As pessoas estão pouco preocupadas com a qualidade enquanto que, do ponto de vista municipal, rios e lagoas são obstáculos ao desenvolvimento e tráfego e as zonas de drenagem.

No entanto, várias entidades fazem uma celebração pelas águas. Em 1933 foi criado um dia interamericano das águas. A semana da água que ocorre na 1ª. semana de outubro em todos os países. Esses eventos têm o sentido de promover e sensibilizar não só a comunidade, mas também as autoridades e para fazermos crescer a semana da água, devemos ter adesão dos segmentos da sociedade, unidade em torno da água e multiplicação das atividades.

Apresentou uma reflexão a partir de uma mensagem de Bernardo Toro e também uma revista que

trata de problemas sobre águas, meio ambiente e que é um grande veículo de informações.

Ione agradeceu o convite feito e apresentou a composição do COMITESINOS que consiste em 3 grupos: usuários, sociedade civil e órgãos públicos. Citou sua composição por 40 entidades titulares e 32 entidades suplentes e suas comissões permanentes e provisórias.

Apresentou o peixe dourado como o ícone e afirmou que o mesmo esteve em fase de extinção, mas que hoje ele já se encontra presente em alguns locais do rio e que também é um bioindicador de qualidade da água. Disse ainda que o mesmo é um elemento de mobilização da sociedade para o envolvimento do mesmo no processo de gerenciamento do rio dos Sinos.

Apontou como a principal atuação do Comitesinos o enquadramento legal das águas, segundo a Resolução nº 20 do CONAMA e que o mesmo é um dos instrumentos de gestão que envolve procedimentos políticos e de acordos, base técnica, mobilização social e representatividade. Estas etapas passam pela atividade de lançamento oficial através de reunião plenária; instrumento de consulta à população; mobilização da sociedade feita pela articulação das categorias com assento no plenário; manifestação da sociedade pelo preenchimento de questionários, entrevistas e assembléias.

Apresentou a primeira versão da proposta que vai ser divulgada através de material produzido.

Malu Ribeiro iniciou afirmando que é muito importante falar em rede das águas entre os Comitês como instrumento de informação sobre recursos hídricos. Lembrou seu lançamento oficial pelo Fórum Paulista e o seu papel permanente de construção de informação e facilitação entre a mídia.

O debate que se seguiu foi iniciado com uma proposta de que o tema principal do V Encontro seja a Educação e Comunicação Ambiental. Também foi feita uma crítica a ANA, SRH e Fórum Nacional por não valorizarem a educação ambiental.

QUESTIONAMENTOS

1) Como as palestrantes vêem os meios de comunicação e quais as estratégias? O trabalho do COMITESINOS possui uma cartilha?

Cecy respondeu que para comunicação existe uma dificuldade de recursos e que a informação deve ser feita numa linguagem simples para entendimento popular. Malu afirmou que a comunicação funciona como uma ferramenta da educação ambiental e que o Fórum sempre valorizou a educação ambiental e que a mesma muda o comportamento por isso deve ser priorizada. Ione respondeu que não existe uma cartilha, mas que a comunicação e troca de informações se dá através de uma rede de pessoas e que a mesma organiza cursos e dos cursos saem projetos.

2) Sobre a semana da água: que esse trabalho chegasse a escola, de forma educativa já que nem todos dispõem de internet. Por que o Código Florestal nunca foi usado? O jornalista não acha que o técnico é chato e vice-versa?

Cecy respondeu que já existem muitos eventos em relação à água e o importante seria que a semana da água passasse para outubro. Hoje muitas escolas já trabalham com internet e também é exigência dos financiamentos internacionais a educação ambiental. Sobre jornalismo ambiental, existem alguns jornalistas nessa área e que os técnicos estão mais acessíveis. Malu comentou que a EA tem chegado nas escolas através de “Amigos da Escola” e que o nosso papel é que a informação chegue à escola de qualquer maneira, mas bem direcionada e corretamente. Afirmou ainda que se o Código Florestal fosse usado, não teríamos essa devastação, degradação ambiental mas que preservar o ambiente é tarefa do cidadão. Em relação ao relacionamento jornalista x técnico, temos que fazer o jogo dos colaboradores, Ione defendeu que a educação ambiental não deve ser uma disciplina específica e sim, um tema transversal.

3) Como o COMITESINOS está divulgando o trabalho? Além da comunicação na internet, como a imprensa trabalha o cidadão que não tem acesso a internet? Como os Fóruns fazem a mobilização da sociedade? Como é a cobertura ambiental pela imprensa? Como é feita no setor econômico?

Cecy ponderou que o material impresso é muito caro e que o pessoal copia, procura disponibiliza-lo da melhor maneira e facilita à imprensa levar jornalistas para acompanhar os eventos e que os Comitês devem convidar jornalistas para fazer as pontes dos eventos. Sobre os recursos afirmou que é melhor fazer parcerias e não ficar esperando do governo. Malu disse que devemos trabalhar com a mídia e que jornalistas que trabalham com a questão ambiental ainda são poucos e que o grande desafio é fazer com que os Comitês de Bacias sejam construídos. Disse ainda que nossa luz no fim do túnel é o trabalho de formiguinha como o relatado pela Ione (comitesinos)

Ione falou sobre a divulgação que é feita quando se trabalha com professores que passam a ser multiplicadores. O professor faz a leitura local usando a metodologia da Agenda 21, os alunos trabalham o rio com suas caracterizações e vão trabalhar com as empresas. O trabalho com o peixe dourado atinge os pescadores, onde os pescadores passam seus conhecimentos aos alunos, juntamente com a universidade.

4) Educação ambiental como tema transversal possui uma ação contínua? Como vamos trabalhar neste sentido? Como atingir as pessoas que poluem? Por que não desenvolver uma recusa ao uso do papel clorado?

Sobre educação ambiental nos currículos escolares, a mesma possui diretrizes. O importante é trabalhar o professor para inseri-lo na disciplina. O que existe é uma grande desinformação dos trabalhos e que a mudança de paradigma é devagar. O lixo-poluição é uma questão cultural e que é necessária muita persistência para mudar.

Malu Ribeiro complementou dizendo que EA é um processo de mudança e é silencioso como um trabalho de formiguinhas. É multidisciplinar e comunicação é uma ferramenta. Disse ainda que mudança nas pessoas de nível cultural mais elevado, é muito difícil.

Sobre a interdisciplinaridade, Ione afirmou que é preciso preparar-se para trabalhar dessa maneira e que a escola pode auxiliar a preparação para a cobrança da água.

Dia 22 de Maio

Manhã

Sala 1

Tema: A Representação e o Papel dos Diferentes Segmentos nos Comitês

Palestrantes: Inês Zatz - Antropóloga fazer sua identificação

Isidoro Zorzi - Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari-Antas - RS.

Coordenação da Mesa: Beate Frank – Fórum dos Comitês de Santa Catarina

Relator: Ada Piccoli - Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí - RS

I – Síntese dos Trabalhos

A palestrante iniciou sua exposição registrando que seu olhar é um olhar “de fora”, de pesquisadora, de quem não participa de nenhum Comitê, a partir de pesquisas com comunidades que se organizaram para a gestão de recursos hídricos em Comitês de Bacia.

Conforme suas palavras, apresentaria conteúdos para pensar quando da formação de Comitês de Bacia.

Salientou que o homem necessita organizar-se em grupos para garantir sua própria sobrevivência. Ele nasce com algumas capacidades de perceber, de negociar e isso deve ser desenvolvido. A capacitação é o desenvolvimento de capacidades natas. A organização em Comitês de Bacias é uma estratégia para implementar a política de gestão dos recursos hídricos. A primeira exigência na formação de um Comitê é a visão de futuro: prever desafios e agir. Os representantes em um Comitê são líderes, devem criar oportunidades para conhecer seus colegas e serem reconhecidos; devem por ordem nas idéias que chegarem à discussão, para que sejam apropriadamente discutidas. Devem ser capacitados e capacitarem (desenvolver as capacidades natas). Devem, efetivamente, representar.

O Comitê de Bacia deve ter uma visão de futuro e ter ação, pois uma visão com ação é um sonho em ação e pode ser transformadora. É uma organização nova, e como tudo que é novo, envolve risco. Tem o componente da inovação, está sujeito a reações negativas e é um desafio aos promotores.

O Comitê representa uma mudança e isso deve ser considerado por quem está no processo de formação de comitês e participando de comitês. Isto deve estar presente. O Comitê é um meio para atingir objetivos que estão além do tempo que temos em cargos e sistemas. Pode ser comparado a uma árvore, cuja copa representa a parte visível da organização e cujas raízes são os seres humanos que dela fazem parte, com todas as suas características, valores, emoções.

O Comitê deve adotar algumas condições metodológicas em sua atuação: visão de futuro, sustentabilidade (física, econômica, social e cultural/ relacional); transdisciplinaridade; visão global/ação pontual; abordagem sistêmica/antropológica no processo, na relação.

A gestão é uma ação humana para a sustentabilidade do meio ambiente, da água e da própria vida, e esses componentes estão interligados. O presente, associado ao planejamento e à ação coletiva, constrói o futuro. A participação envolve interesses comuns, base afetiva, base técnica.

Cada pequena bacia deve ser considerada na sua condição de um todo maior, como as partes de um ser humano.

II - Conclusões, reflexões e recomendações

1. Constatam-se muitos avanços na concepção de leis e técnicas e desequilíbrios na implementação e aplicação dos mesmos nos recursos hídricos;
2. Gestão é atividade humana;
3. Organização em Comitês de Bacias é criação humana e seu funcionamento eficaz está condicionado à identificação e ao respeito às diferenças, mais a igualdade de oportunidades;
4. Comitê de Bacia é o meio para o exercício da gestão participativa e criativa. Sucesso é consequência de aplicação da política;
5. Observar o princípio da interdependência de setores da sociedade representada nos Comitês;
6. A transdisciplinaridade é estratégia;
7. Relações democráticas de grupos humanos levam à construção da cidadania, pela água.

Dando seqüência à palestra de Inês Zatz, Isidoro Zorzi apresentou a proposta de dinâmica a ser adotada na discussão, em grupos de usuários, sociedade civil, poder público municipal e poder público estadual/federal e o roteiro para discussão.

1. Identificar, em bloco, os diferentes segmentos presentes (categorias);

2. Escolher um relator;
3. Explicitar o que o grupo entende e como o grupo percebe a representação/ representatividade;
4. Explicitar qual é o papel deste grupo na política de RH;
5. Identificar as dificuldades do grupo e seus diferentes segmentos para exercitar a representatividade.

Apresentou, também, os percentuais de representação dos participantes do IV Encontro e as categorias que representam:

- Representantes de CBH - 72 %
- Representantes de Órgãos gestores - 2 %
- Representantes de outras entidades - 2,6%
- Sem informação - 23,4%

A que categorias pertencem os representantes dos Comitês presentes:

- ONGs - 27,8 %
- Órgãos públicos - 17,8 %
- Universidades - 12,4 %
- Órgãos de abastecimento - 10 %
- Prefeituras - 6,2 %
- Associações profissionais - 4,5 %
- Câmaras Municipais - 4,5 %
- Órgãos gestores/saneamento - 4,2 %
- Indústria - 4,32 %
- Agricultura - 2,3 %
- Outros - não identificados - 2,4 %
- Não informaram - 2 %

Dia 22 de Maio

Tarde

Sala 1

**Reunião Plenária e apresentação e discussão dos relatórios dos
grupos de trabalho**

Coordenador:

Rogério Menezes

Relatora:

Ada Piccoli

Abrindo a sessão, Rogério Menezes informou que esta reunião plenária será dividida em dois momentos: No primeiro serão apresentados os relatórios dos Grupos de Trabalho que se reuniram pela manhã para discutir as três questões:

1º Explicitar o que o grupo entende e como percebe a representação;

2º Explicitar qual é o papel deste grupo no Comitê.

3º Identificar as dificuldades do grupo e seus diferentes segmentos para exercitar a representatividade.

Na segunda parte serão feitas as considerações e apreciações sobre o Encontro, bem como apresentadas sugestões e moções.

Dando início aos trabalhos convidou à mesa Ada Piccoli, do Comitê Gravataí-RS para relatar os trabalhos, bem como os relatores dos grupos de trabalho, aos quais foi dado o tempo de até 15 minutos cada um para apresentarem seus respectivos relatos.

GRUPO 1 - PODER PÚBLICO MUNICIPAL

Moderador:

Rogério Menezes

Relatores: Lucia Trein CBH Sinos – RS.

Tânia Ferreira CBH Gravataí – RS.

Claudio de Mano – Prefeito Municipal de Rio Claro – SP.

De acordo com os relatores, o grupo, composto por 37 pessoas, percebeu as questões propostas a partir das seguintes afirmações:

Representatividade:

- Representa o interesse, o pensamento de determinado grupo, segmento da sociedade. Deve interagir com os seus representados. Deve saber ouvi-los, exercitar o feed-back. Deve respaldar os interesses dos seus representados. Deve respeitar e representar as idéias de um coletivo. Deve saber efetivar e buscar o interesse público.
- É alguém escolhido, após análise, que saiba ouvir, representar os seus representados, no sentido de buscar a grande maioria dos seus representados;
- Delegação da representatividade seria o mandato que determinado grupo delega a alguém para fazer algo, exercendo as funções de representante;
- É a representação da expressão do sentimento do seu grupo, precisando conhecer o seu pensamento para bem representa-lo. Num mandato, este aspecto é bem subjetivo. Eu sei o quê, a quem represento, porém não sei o pensamento dos meus delegandos. Exercitar um trabalho com todo empenho, não sabendo, no entanto, se esta representatividade tem este sentido ou aquele;
- É um mandato popular de idéias construídas dentro do colegiado que representamos, representação de idéias. É preciso saber o que cada um pensa, para poder dizer o que mediamos, em que representamos o outro;
- É uma representação política de idéias. O Comitê existe porque existe um rio. Representamos a idéia de que existe o homem na terra e este precisa da água para viver;
- É democracia direta onde todos têm voto: participativa, representativa, surgindo assim a nossa representatividade, com apoio técnico;
- Todos somos usuários. Todos os segmentos podem se representar, apenas pelo homem, apesar de todos os outros segmentos serem importantes, indispensáveis;
- Além de ser cidadão, o que é em primeira instância, não podendo assim deixar de lado esta realidade, representando um conjunto de toda a sociedade;
- É dado a alguém, a um grupo, a uma entidade, para discutir em nome de um colegiado, porta-voz do conhecimento, vontade de quem representa;
- É capacitação técnica e política, perante os seus representados;
- É transferir aquilo que aprendemos, devendo nos informar sempre;
- Representação de uma situação.

A REPRESENTAÇÃO: A REAL E A IDEAL

Os problemas:

A crise de identidade enquanto Comitês:

- falta de uma idéia que unifique a ação dos Comitês;
- falta relação dos membros dos comitês com a base que representa. Levar e trazer a visão da base;
- falta capacitação: os membros do Comitê precisam dominar conceitos e princípios;
- falta de conhecimentos das leis de gerenciamento dos recursos hídricos, de saneamento, das leis estaduais e municipais e da relação entre elas;
- falta a compreensão do que significa descentralização de políticas públicas e a compreensão da construção do Plano de Bacia enquanto processo aglutinador regional para o desenvolvimento sustentável;
- falta mobilização e intervenção na política nacional e estadual de meio ambiente e saneamento que atenda às perspectivas dos Comitês;
- falta maior participação dos prefeitos e vereadores;

O PAPEL DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL

1) O Estatuto da Cidade exige que os Municípios que possuem contigüidade e relação com outros, envolvendo temas ambientais, preparem seus Planos Diretores, independentemente do número de habitantes.

Não há Plano Diretor Municipal sem a preparação das bases físicas do território e do espaço, levando em conta os recursos e demais bens naturais, incluindo os hídricos. Com isso, os Municípios devem elaborar um Plano de Recursos Hídricos (incluindo água de abastecimento, esgoto, regimes pluvial e fluvial, controle de vazão, lagos e demais corpos d'água) que, conjugados com os demais temas, facilitará a elaboração do Plano Diretor Municipal. O Estatuto da Cidade se refere a obrigatoriedade do Plano Diretor Municipal contemplar os aspectos ambientais.

O Estatuto da Cidade legislou também a exigência de que a gestão municipal deve ser democrática, contemplando a participação da comunidade. Assim, a comunidade participando ficará comprometida com o Plano, sua aplicação, bem como sua atualização. Este é um importante caminho para forjar o poder local que transcende os limites dos poderes constituídos (executivo, legislativo e judiciário). O Poder local inclui todas as organizações sociais - públicas e privadas – e a cidadania que se encontra desorganizada, como os pés-desalços e descamisados.

Para os temas que envolvem os recursos e demais bens naturais, que são sociais, o plano deve ser considerado com seu papel integrador, ganhando o caráter de transdisciplinaridade (multi e interdisciplinar) e de regionalidade. As prioridades devem atender às demandas dos municípios, respeitando-se o interesse da bacia hidrográfica que é regional e coletivo.

- 2) O município deve adequar sua legislação e suas ações, enxergando o lugar e seus compromissos com a região;
- 3) Compartilhar as experiências obtidas no lugar para e com os demais municípios da bacia hidrográfica através de criação e fortalecimento dos Comitês. Isto implica nos compromissos de participação nos grupos técnicos e câmaras técnicas inerentes nos Comitês. Fortalecer o papel político dos Comitês, garantindo todo apoio técnico com assessorias necessárias, incluindo a busca de fontes de financiamento e de recursos a fundo perdido para os projetos.

A nosso ver:

Os Municípios devem se envolver e se comprometer com os Comitês. Comitês como agentes da construção de novas formas de relações entre o público e o privado que sejam revolucionários no aprofundamento e fortalecimento da democracia. Fortalecer o papel mobilizador dos Comitês e dos municípios é tarefa indispensável.

Daí, o FÓRUM deve:

- i. Colaborar na instrumentalização com legislação, documentos e textos que estimulem as intercomunicações dos Comitês entre si, ampliem o reconhecimento das idiossincrasias e os pontos de unidade das bacias e entre elas e seus Comitês;
- ii. Fortalecer o desenvolvimento e implantação de políticas ambientais, de recursos e demais bens hídricos dos Municípios. Para isso são necessárias políticas de capacitação dos representantes nos comitês e também dos representados;
- iii. Estimular e colaborar na formação dos comitês no Brasil e suas intercomunicações para integrar lutas e objetivos;

- iv. Estimular a participação dos agentes políticos (prefeitos, vereadores e outros) que têm a representatividade do voto, a participar dos comitês que em conjunto com os demais segmentos darão a consistência política de nossos organismos.

GRUPO 2 - PODER PÚBLICO ESTADUAL E FEDERAL

Moderador:

Paulo Renato Paim – Comitê da Bacia Hidrográfica do rio dos Sinos -RS

Relatores:

Janine Haase - FEPAM-RS

João Lúcio Farias de Oliveira - COGERH-CE

I – Síntese dos Trabalhos

Para o grupo, a representação está mais ligada ao aspecto legal e a representatividade pode se dar em 4 níveis: governo (políticas setoriais); Estado (implantação do sistema); Técnico e Cidadão, que explicitam a contradição entre o discurso do técnico, a ideologia do governo e a política do Estado e o papel enquanto cidadão.

A representação do Estado dentro dos Comitês assume diferentes papéis: órgãos gestores (“pastor do sistema”); órgãos setoriais (“leva e traz”); Secretaria Executiva e a sua atuação deve ser tanto moderadora quanto modificadora.

As dificuldades em exercer a representação do Estado são:

- falta de continuidade devido às trocas de governo;
- outras secretarias estaduais não internalizam a política de RH – representação mais pessoal do

que institucional;

- muitas vezes o governo gera expectativas e depois não consegue bancá-las;
- olhar de submissão paternalista dos membros do Comitê em relação ao representante do Estado;
- diferenças na política de RH entre órgãos gestores no mesmo Estado;
- fragmentação das ações do Estado: é necessária mais integração das políticas setoriais;
- não compreensão do papel do Estado e suas funções no contexto atual, levando em consideração a visão instrumental, a racionalidade técnica e a crescente burocratização;
- contradição entre os representantes do Estado, os interesses do órgão que o representa e as opiniões e decisões discutidas no Comitê.

Sugestões:

- Incentivar a participação e promover a discussão relacionada à representatividade dentro de cada órgão governamental que participa de Comitês;
- Fazer e disponibilizar o desenho dos diferentes níveis de atuação dos sistemas de gestão de RH dos diferentes Estado.

GRUPO 3 - USUÁRIOS DE ÁGUA

Moderador:

Luiz Roberto Moretti

Relatores:

João Francisco Giuliani – Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Santa Maria - RS

Maria Margarida Pereira - Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Jaguaribe - CE

Secretário:

Sergio Antonio Martini - Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Vacacaí Vacacaí-Mirim – RS

I – Síntese dos Trabalhos

Questão Número 1

- Representação - é a delegação por escolha de um membro de determinada categoria do comitê para representá-la em todas as circunstâncias.

- **Representatividade - É o exercício dessa delegação com compromisso e qualidade, obrigando-se a informar os representados pelas deliberações tomadas**

OBSERVAÇÃO:

- **A responsabilidade do grupo na escolha de seu representante é fundamental para que ele seja de fato o verdadeiro intérprete de sua classe.**

Questão Número 2

- **Necessidade de organização da categoria;**
- **Nível de entendimento sobre a atividade que a pessoa representa, integrando-se dessa forma ao espírito geral do grupo para, respeitando as peculiaridades de cada segmento, contribuir para um gerenciamento harmônico.**

Questão Número 3

- **A falta de recursos financeiros dos membros integrantes de algumas categorias impede melhores resultados dos trabalhos dos Comitês e é função do Estado, por determinação em lei, que este recurso esteja disponível a fim de que o integrante possa sempre se manifestar e assim validar as deliberações.**
- **A falta de informações sobre a importância do Comitê enseja pouco interesse da comunidade, obrigando algumas vezes o preenchimento de vagas por pessoas despreparadas, o que não é bom.**
- **Torna-se imperiosa a necessidade que os órgãos de governo gestores dos recursos hídricos cumpram a obrigação de esclarecimentos da população sobre estes assuntos.**

(queixa geral)

Moção

Foi aprovada por unanimidade, ao final do trabalho, uma moção de rejeição ao P.L. 4147/01.

GRUPO 4 - SOCIEDADE CIVIL

Moderador:

Isidoro Zorzi – Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari-Antas – RS

Relatores:

Geraldo Leal – Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Caí - RS

João Climaco – quem é

I – Síntese dos Trabalhos

O grupo foi formado por 71 pessoas. Zorzi registrou que o relato representa a opinião de pessoas presentes no grupo e que não houve votação do grupo sobre essas posições.

Questão 1 – Representação e Representatividade

A qualidade da representação nos organismos de gestão dos recursos hídricos e a forma como a representatividade está sendo exercida na gestão das águas foi apontada com ênfase nas limitações e possibilidades abaixo:

- Considera-se que a evolução da implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos requer uma apropriação por parte da sociedade civil dos instrumentos da Lei e da gestão participativa, tendo em vista que a implantação do modelo, primeiramente, priorizou a auto afirmação de entidades representativas de corporações profissionais que ajudaram a implementar o próprio modelo e que, portanto, deve-se assinalar e repensar essas representações resgatando o papel atual de organizações mais orgânicas com a sociedade civil.
- A legitimidade tem que ter vínculo com a base;
- Propõem-se mudanças de categorias considerando-se a identidade do exercício do representante com a base que ele representa. Ex.: O representante da Câmara deve ser governo e não sociedade civil;
- Contra a verticalização de representações, onde Comitês representem Comitês;
- Os usuários econômicos não devem ser representantes da sociedade civil;
- Resgata-se a pouca representatividade das entidades comunitárias nos Planos de Bacias;
- Planos de Bacias são apenas planos de interesses;
- Falta de representatividade dos representantes do Poder Público;
- Existem obstáculos para estabelecer os limites da participação da sociedade civil nas diversas categorias, o que provoca a carência de um papel importante do ensino e capacitação;
- Construção de redes de entidades ambientalistas com membros de cada sub-bacia;
- Não devem ser priorizadas as diferentes entidades civis e sim uma postura holística;
- Hoje existe um papel reativo e não proativo, cabendo à sociedade civil pautar os Comitês;
- Há emergência de um novo modelo de discussão da sociedade e que as ONGs devem ter uma participação abrangente e integrada entre si;
- Que se criem mecanismos legais para o estabelecimento de regras claras de representação que melhor definam e agrupem as entidades governamentais, os usuários e a representação da sociedade civil nas instâncias de gestão dos recursos hídricos, evitando a proliferação de siglas, a representação cumulativa, a representação corporativa e a pseudo-representação;
- A representação deve se pautar pela expressão do bem comum;
- O princípio de que a representação é o meio e não o fim. O fim é o rio, a bacia.

Questão 2: O papel da sociedade civil nos Comitês de Bacia

- O melhor papel só se dará priorizando a capacitação e mobilização de pessoas;
- O papel da sociedade civil deve se fundamentar na real problemática da sociedade e não se subordinar a uma agenda governamental;
- A sociedade civil deveria ser mais bem organizada para não fragmentar a sua representação nos posicionamentos em um Comitê (exemplo: Universidade);
- O papel da sociedade civil nos Comitês de Bacia deve ser formulador e fiscal da política pública, transformador e mobilizador;
- Portar-se contra o modelo de representação adotado em consórcios, que permite a duplicidade desta representação, por vezes, ocupando assento como membro da sociedade civil, usuários da água e poder público. Deve ser garantido o equilíbrio dos representantes da sociedade civil nos conselhos;
- Auto-capacitar-se para o desempenho da sua representação com plenitude;
- Organizar-se continuamente para melhor atuação nos Comitês, instituindo-se e afirmando-se politicamente no contexto da implementação do Sistema Nacional de Gestão de Recursos Hídricos;
- Que valorize a importância da Educação Ambiental nos processos de transformação da sociedade, estando presente nos comitês implementando os projetos a serem executados por esses mesmos e pelas agências;

Questão 3: Dificuldades encontradas para a representação

- As deliberações aprovadas nos comitês em relação a medidas a serem adotadas pelo Poder Público não são realizadas;
- Contra a cobrança da água tendo em vista o posicionamento de outros fóruns que também discutem a água;
- A sociedade civil carece de informações, recursos financeiros e a linguagem adotada que abusa de termos técnicos;
- A indicação política de ONGs que artificializa a efetiva representação da sociedade civil.

Após a apresentação dos grupos, os participantes da Plenária apresentaram comentários, sugestões de moções e outros encaminhamentos na seguinte ordem:

- 1) Percy – CBH Lago Guaíba/RS: O processo de cobrança não pode atropelar o processo social do

Comitê. Outro aspecto é que a sociedade civil não são apenas as associações comunitárias, mas outras categorias, como no caso do RS, onde esse grupo é composto também por Universidades, organizações profissionais, vereadores e outras;

- 2) Antônio Filippini – CBH Taquari-Antas/RS: Lembrou que houve uma recomendação de que os representantes saiam em busca de seus representados;
- 3) Marcelo Alvim – Relatou que os vereadores foram impedidos de participar do CBH do Paraíba do Sul;
- 4) Eduíno de Matos –CBH Guaíba/RS: Registrou a necessidade de informação em todos os Comitês para a população conhecer o Comitê;
- 5) (não Identificado): Salientou que todos nós somos poder público. O Governo é o ente encarregado de executar a política pública de gestão de recursos hídricos. Usuário é setor privado e não deve demandar recursos públicos para sua participação. Sociedade Civil é a formuladora e fiscalizadora de políticas públicas, deve ser independente na sua representação;
- 6) (Não identificado – Rio das Velhas): Visão diferente da sociedade civil nos comitês de bacias. Não entende que a sociedade civil esteja prejudicada na sua participação. No caso do CBH Rio das Velhas a própria sociedade civil apresentou alternativas à cobrança. Chegou a hora de parar com murmúrios e participar;
- 7) (Não identificado – Banabuiu/CE): Setor de Usuários. Leis confusas tornam quase impossível fazer a cobrança. Outro ponto importante é a mobilização antes da cobrança (fez vários comentários sobre a cobrança no Ceará). Chamou a atenção para as dificuldades, por exemplo, como fiscalizar se o que foi solicitado na outorga está sendo cumprido;
- 8) Dionísio, vereador de Santa Maria-RS: Sugere que haja textos básicos sobre esse tema antes dos encontros para auxiliar as discussões. Salientou a ausência de Prefeitos (centros urbanos são os maiores poluidores das águas);
- 9) Renata – Associação Brasileira de Técnicos em Hidrologia: Dúvida: onde se insere esse segmento no Comitê de bacias foi resolvido pelo representante do CBH Lago Guaíba;
- 10) (Não identificado – FONASC): Parabeniza o 4º. Encontro e os relatores do Grupo. Ressaltou que os debates de hoje foram muito semelhantes aos do encontro do FONASC em São Mateus;
- 11) Júlio – Militante Ecologista Anarquista: Considera que os Prefeitos não estão aqui porque não dá voto. Onde estão os pescadores embarcados?
- 12) Virgílio – Grande ABC/Represa Billings SP: A verdadeira educação ambiental proposta pelo poder público deveria ser a realização de obras de tratamento de esgotos. Só teremos tesão para continuar a participar dos comitês se as deliberações do Comitê forem realizadas pelo poder público, o que não está acontecendo;
- 13) Claudio Serrichio – CEIVAP: Trouxe frase de Inês Zatz: a Lei 9433 é revolucionária porque não suporta muita hipocrisia na sua aplicação. Não permite porque a constituição da representação do sistema se faz a partir dos interesses legítimos dos usos múltiplos das águas. Hoje há o risco de se alterar esta forma de representação nos CBH, inserindo-se a representação de comitê de sub-bacias nos Comitês de

ordem superior. Esta modificação, a pretexto de aumentar a representatividade e democracia nos Comitês, pode descaracterizá-los e estimular a multiplicação de Comitês de sub-bacias. Esta modificação, ao invés de melhorar e democratizar a representação dos Comitês vai aumentar a hipocrisia e a manipulação. A representação dos coletivos de Comitês de Bacias deve existir apenas nas instâncias dos Conselhos Nacional e Estaduais;

14) Antônio Martins – SRH/CE : Registrou que no grupo de discussão do poder público estadual e federal houve uma tempestade de idéias, não houve conclusão;

15) Wilsno Lacerda CE: Três vertentes básicas para o gestor: Ciência, consciência e paciência. Somos todos usuários da água e devemos aparar os espinhos que existem, nos aproximar e trabalhar juntos;

16) Mostarda – Serra da Mantiqueira: As entidades componentes dos Comitês devem ainda ser orientadas para a escolha de seus representantes, e para dar-lhes condições de plena atuação;

17) Malu Ribeiro – SOS Mata Atlântica: agradeceu a todos que estão presentes e afirmou que é fundamental a participação da sociedade civil nos Comitês pois “o que estamos fazendo aqui é um grande esforço para entender nosso papel na missão de consolidar essa nova forma de gestão de um bem público”;

18) Paulo Schneider – Comitê Taquari-Antas - RS: Salientou o pequeno número de participantes na Plenária;

19) (Não identificada – moradora de Balneário Camboriú): a questão da água também é uma questão de segurança (bioterrorismo);

20) (Não identificado – Instituto agropecuário de Campos do Jordão): Leu texto sobre o equilíbrio do meio ambiente (manifesto) e música sobre a proteção do meio ambiente.

Moções Apresentadas:

1ª. Moção - Apresentada pelo Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, Fundação SOS Mata Atlântica; WWF-Brasil e Escritório do CEIVAP

Ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos, Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, Agência Nacional de Águas, Comitês de Bacias Hidrográficas e demais Organismos do Sistema Nacional de Recursos Hídricos:

RECOMENDAÇÃO

- Considerando que na fase atual da implantação da Política de Recursos Hídricos no Brasil têm sido priorizadas, via de regra, ações estruturais para aumentar a disponibilidade de água através de obras

hidráulicas e planos de despoluição e saneamento;

- Considerando que não têm sido devidamente priorizadas e executadas as ações de conservação do solo e de proteção e recuperação de áreas florestadas, reconhecendo o seu papel estratégico para o equilíbrio do ciclo hidrológico regional e para a preservação da biodiversidade florestal necessária aos ciclos de vida dos ecossistemas aquáticos;

- Considerando que as ações de conservação de solo e recuperação florestal exigem ampla escala e longo período de maturação, devendo pois serem iniciadas ou intensificadas desde já; e

- Considerando ainda que estas ações possuem um grande potencial de dinamização das políticas ambientais voltadas para o desenvolvimento sustentável.

Recomendamos:

I - Que seja dada maior ênfase na integração das políticas de gestão de recursos hídricos e de gestão ambiental, especialmente nos aspectos de:

- proteção e criação das áreas florestais e de preservação permanente;
- efetivação e criação de unidades de conservação com vista à proteção dos recursos hídricos;
- recuperação de áreas degradadas e de corredores ecológicos; e
- realização de estudos e pesquisas voltadas para a ampliação do conhecimento da relação floresta, disponibilidade de água e preservação dos ecossistemas aquáticos.

II – Que estas questões sejam mais bem consideradas e priorizadas no contexto da elaboração e implementação dos instrumentos de gestão de recursos hídricos, destacando-se:

- os planos de recursos hídricos
- os sistemas de informações hídricas e
- o estabelecimento de incentivos à conservação quantitativa e qualitativa de recursos hídricos

2ª. Moção – Apresentada pelo Fórum Gaúcho de Comitês

MOÇÃO DE REJEIÇÃO AO PROJETO DE LEI 4147

O Fórum Gaúcho de Comitês de Bacias Hidrográficas do Rio Grande do Sul, reunido no IV Encontro de Comitês, na cidade de Camboriú – Santa Catarina, manifesta-se contra a aprovação do PL 4147, que trata sobre a política de saneamento nacional.

Destacamos principalmente a necessidade de exclusão do parágrafo 3º. do artigo 22, que destrói a Política Nacional de Recursos Hídricos e exclui os Comitês de Bacias dos processos decisórios quando da implementação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos, ferindo o princípio de descentralização implementado na Lei 9.433/97 que diverge das manifestações apresentadas pelos órgãos responsáveis pela implementação da política nacional, neste IV Encontro.

Conclamamos a todos os demais Comitês presentes neste IV Encontro, para levantar as suas vozes contra esta afronta que está sendo apresentada neste projeto de Lei, que está na Comissão Especial de Saneamento, tendo como presidente o Dep. Rodrigo Maia e como relator o Dep. Adolfo Marinho.

Assim, solicitamos a aprovação, por este plenário, desta moção e a urgente articulação com todos os deputados que fazem parte desta comissão, exigindo que como nossos representantes cumpram o desejo de seus eleitores que é a exclusão deste parágrafo 3º.

“Art. 32 do PL 4147 – parágrafo 3º. O órgão ou entidade responsável pela gestão dos recursos hídricos responderá pelas garantias a que se refere o parágrafo segundo, podendo, para tanto, iniciar a cobrança pelo uso dos recursos hídricos, INDEPENDENTEMENTE do disposto nos arts. 22 e 38, inciso VI da Lei 9.433, de 8 de janeiro de 1997”

3ª. Moção: Apresentada por Edmilson Araújo do CBH-Sergipe

Este Encontro não poderia deixar passar em branco a questão que envolve a Bacia Amazônica,

maior reserva de água do Planeta, ameaçada pela ganância do império e objeto de defesa deste Fórum. Mantenhamo-nos atentos.

4ª. Moção: Apresentada por José Leitão da UFSC

Eleger como tema central do 5º. Encontro “Comunicação e Educação Ambiental para a Gestão de RH”

5ª. Moção: Apresentada por Raimundo Félix – CE

Não poderia deixar de registrar o repúdio à ANA pela falta de respeito por não ter permanecido no Encontro.

6ª. Moção: Apresentada pela AGAPAN/RS

- Pedido de Liberação de Verbas

Á SEMA, A SECRETARIA DA FAZENDA E AO GOVERNO DO ESTADO

O Movimento Ecológico Gaúcho - MEG, reunido no seu XXIII Encontro Estadual de Entidades Ecológicas, realizado de 10 a 12 de maio de 2002 em São Leopoldo – RS, com a presença de vinte e duas entidades, SOLICITA ao Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos que interceda vigorosamente junto à SECRETARIA DA FAZENDA, para que esta libere imediatamente a verba destinada por Lei Estadual, à gestão de recursos hídricos, mais especificamente aos Comitês de Gerenciamento de Bacias Hidrográficas.

O MEG, sabedor da existência de verba específica para esta finalidade, oriunda da COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, **EXIGE** que a mesma seja encaminhada com a máxima urgência aos Comitês de gerenciamento de bacias hidrográficas para que estes possam cumprir com o seu papel fundamental, definido na Lei 10350/94, na rede de gerenciamento dos recursos hídricos do Estado do Rio Grande do Sul.

7ª Moção: Apresentada pela AGAPAN

MORRE O MESTRE DOS ECOLOGISTAS – LUTZENBERGER, BATALHADOR E VISIONÁRIO

O passamento de José Lutzenberger significa a perda da mais importante liderança do movimento ecológico gaúcho e brasileiro. Para nós, membros da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural, AGAPAN, entidade fundada por Lutz em 27 de abril de 1971, por ele presidida durante doze anos, e da qual foi presidente de Honra em caráter vitalício, representa a perda irreversível de nosso mestre, inspirador e criador da ecologia política como um movimento social no Brasil e no Mundo. Lutzenberger foi a primeira voz a ser ouvida no mundo inteiro colocando a sua terra natal e seu país na corrente mundial das idéias que visam propor um novo modelo civilizatório que supere o paradigma predatório da sociedade de consumo.

Numerosas bandeiras de luta levantadas por Lutz ao longo da sua vida ainda estão aí a exigir a sua continuidade. A luta contra o uso de agrotóxicos na agricultura, a crítica ao uso de Energia Nuclear e ao Programa Nuclear Brasileiro, Defesa da Amazônia, e das Culturas Indígenas, a criação de Parques e Reservas Ecológicas no RS, as críticas constantes aos mega-empreendimentos industriais, a perda da biodiversidade, a produção de alimentos transgênicos, entre tantas outras. A última campanha de Lutzenberger foi contra o atual modelo de Reforma Agrária adotado no Brasil e, particularmente, a defesa da pecuária tradicional como sendo a única forma de exploração ecologicamente sustentável do bioma que é o Pampa Gaúcho.

Apesar de Lutzenberger ter se transformado numa pessoa encantada, sua lembrança ficará entre aqueles que receberam o impacto de sua visão de mundo e de seu exemplo carismático. A sua memória continuará inspirando a continuidade das lutas por ele iniciadas.

Porto Alegre, 14 de maio de 2002 (Texto: Edi Xavier Fonseca e José Celso Aquino Marques)

8ª. Moção: Proposta por Cláudio de Mauro – Prefeito de Rio Claro SP

Ao Presidente da República,

Ao Congresso Nacional,

Aos órgãos de Governo,

Á ANA,

À Secretaria Nacional de Recursos Hídricos

Ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos

Que seja criado e implementado o Fundo Nacional de Recursos Hídricos onde se depositem todos os resultados financeiros da cobrança pelo múltiplo uso da água em rios de domínio da União e em rios de domínios dos Estados que integrem Comitês de Rios Federais, além de outros recursos orçamentários ou não de modo a permitir que todos esses recursos sejam aplicados nas bacias onde forem arrecadados.

9ª. Moção: Apresentada por Maria do Carmo Utsch – Centro de Referência Cidadã do Rio São Francisco

Que se criem dispositivos legais estabelecendo regras claras de representação que melhor definam e agrupem as entidades governamentais, e dos usuários e da representação da Sociedade civil nas diversas instâncias de gestão dos recursos hídricos, a fim, de se evitar a proliferação de siglas e a representação cumulativa, corporativa e a pseudo-representação.

10ª. Moção: Apresentada por Nazareno Mostarda Neto – CBH – SM

Tendo em vista a participação de representantes de entidade, sejam elas ONG's ou organismos governamentais, junto aos comitês, vimos por bem recomendar a estas entidades que:

- a) Promovam uma escolha deste participante dentro do universo daqueles que realmente se propõem a participar e se envolver com os objetivos dos comitês;
- b) Forneçam a estes representantes subsídios e respaldo para que esta representação se dê de forma mais efetiva, eficiente e eficaz

11ª. Moção: Apresentada por Yvonilde Medeiros – UFBA / ABRH

No sentido de se realizar de forma adequada o efetivo gerenciamento dos recursos, com eficácia e eficiência, que a ANA empreenda esforços independentemente dos elevados recursos financeiros e técnicos, para que se produza documentação cartográfica atualizada e em escala apropriada à dimensão de bacia hidrográfica.

12ª. Moção: Apresentada por Eduíno de Mattos – Lago Guaíba RS

Desvincular o saneamento e abastecimento de água da população dos compromissos do Fundo Monetário Internacional – FMI.

13ª. Moção – Apresentada por João Climaco – quem é?

Que seja integrada aos Anais do IV Encontro a Carta de São Mateus.

Após a apresentação das moções, Rogério Menezes ressaltou que o papel da plenária não é o de deliberar, mas acolher as manifestações. João Climaco sugeriu que no próximo Encontro seja incluída uma prestação de contas de como estão sendo encaminhados os Planos de Bacias.

Wilson Lacerda chamou a atenção de que as moções são fruto da discussão ao longo do Encontro e que não foram discutidas nos Comitês.

Renan (RS) afirmou que a proposta do Prefeito de Rio Claro, referindo-se á criação de um FNRH (Fundo Nacional de Recursos Hídricos) com recursos provenientes da cobrança pelo uso da água em rios da União, não interfere nos Fundos Estaduais.

Filipinni (RS) sugeriu:

- 1) Considerando que no próximo encontro, assim como nos subseqüentes, deveremos ter representantes novos nos diversos comitês, também teremos novos Comitês representados, sugerimos: “A abordagem, a ampliação e o aprofundamento do tema – A Representação e o Papel dos Diferentes Segmentos nos Comitês (este tema deve ser constantemente abordado nos Comitês)
- 2) Considerando que o conhecimento é a origem do bem e a ignorância, a origem do mal, sugerimos que o IBGE seja convidado para debater conosco a gestão da informação versus a gestão da água.

Zorzi (Taquari-Antas) lembrou que não é o caso de deliberar, por isso devemos incorporar tudo aos Anais. Encaminhar o que merece discussão e o restante fica incorporado ao Relatório. O PL 4147 deverá ser objeto de deliberação da Assembléia dos Comitês.

Sidnei Agra concordou com Zorzi. Preocupou-se com o encaminhamento da Moção da Sociedade Civil sobre o regramento da Composição dos Comitês e propôs que deveria haver uma maior discussão sobre esse assunto, pois os Estados já regraram sobre isto e uma decisão de nível nacional não seria conveniente.

Rogério Menezes encerrou o Encontro citando Tolstoi: “*Quem está feliz, está certo*”. Que busquemos a felicidade com a gestão da qualidade das nossas águas.

Dia 23 de Maio

Manhã

ASSEMBLÉIA GERAL DOS COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

Balneário Camboriu-SC, 23 de maio de 2002

Ata da Segunda Assembléia Geral dos Comitês de Bacias Hidrográficas, realizada em Balneário Camboriú, Santa Catarina, aos vinte e três dias de maio do dois mil e dois.

A Assembléia foi aberta pelo Coordenador Adjunto do Colegiado Coordenador do Fórum Nacional dos Comitês de Bacias hidrográficas, Rogério Menezes que iniciou os trabalhos com a chamada dos Comitês credenciados. Estavam presentes quarenta e quatro representantes de comitês, a saber pela ordem alfabética dos Estados: Ceará (Banabuiu, Curu, Baixo Jaguaribe, Médio Jaguaribe e Salgado); Minas Gerais (Pará, Verde e Mosquito); Pernambuco (Pirapama); Rio Grande do Sul (Gravataí, Lago Guaíba, Caí, Baixo Jacuí, Pardo, Comitesinos, Ibicuí, Tramandaí, Taquari-Antas, Vacacaí e Vacacaí-Mirim); Santa Catarina (Lagoa da Conceição, Tijucas, Camboriu, Cubatão Sul e Itapaocu) e São Paulo (Litoral Norte, Médio Paranapanema, Aguapeí-Peixe, Turvo-Grande, Alto Paranapanema, Pontal Paranapanema, Baixo Pardo-Grande, Alto Tietê, Pardo, Sapucaí Mirim/Grande, Baixada Santista, Piracicaba-Jundiá-Capivari, Baixo Tietê, São José dos Dourados, Tietê Batalha, Ribeira, Sorocaba Médio Tietê, Serra da Mantiqueira; de Integração - CEIVAP. O coordenador foi auxiliado na mesa por Luiz Roberto Moretti e Isidoro Zorzi, na condução dos trabalhos e por Ada Piccoli e Regina Grego na relatoria.

Após a chamada foi aprovada a pauta da assembléia, cuja ordem foi a seguinte:

- 1) Representação dos Comitês no CNRH e Câmaras Técnicas;
- 2) Relato e avaliação da atuação do Colegiado Coordenador do Fórum Nacional no período;
- 3) Apresentação e discussão da proposta do Plano de Ação 2002-2003;
- 4) Manifestação do Fórum sobre a Lei de Saneamento e PL 4147;
- 5) Revisão da Carta de Princípios e Normas de funcionamento; e
- 6) Apresentação de propostas do local para a realização do 5º. Encontro.

O primeiro ponto de pauta contou com a participação de Maria Manuela Moreira, da Secretaria Nacional de Recursos Hídricos, que apresentou informações sobre o Conselho Nacional de Recursos Hídricos partindo do princípio de que todos já conhecem a composição, funcionamento, atribuições e a Lei 9433/97. Informou que os comitês não participaram de câmara técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos e que o CNRH já editou 21 Resoluções, das quais considera a de número cinco e a de número quatorze as mais importantes. Apresentou a dinâmica das reuniões das Câmaras Técnicas e que todas as informações estão na home-page da Secretaria Executiva, cujo endereço é www.cnrh-srh.gov.br. Carlos Alencastre relatou o trabalho como representante dos comitês e consórcios no referido Conselho: escolha, atuação e presença nas Câmaras Técnicas (representação oficial em sete câmaras). Malu Ribeiro informou que serão divulgados todos os conteúdos da representação dos Comitês e Organismos de bacias na Rede das Águas cujos endereços para contato são: forumnacional@uol.com.br (Rogério Menezes) e comitepardo@netside.com.br (Carlão). Raimundo Félix (CE) não considera que os Comitês se enquadrem como organizações civis, mas sim como órgãos de Estado e que por isso sugere uma revisão futura na representação dos comitês. Edílson Andrade (CEIVAP) sugere à coordenação do Fórum para dar representatividade à representação dos Comitês no CNRH, que os Comitês “candidatos” à representação apresentem o que estão fazendo em gestão. Isso evitaria a representação de pessoas. Paulo Paim (Comitesinos/RS) afirmou que “conceitualmente é importante que o Fórum promova a discussão sobre Comitê de Bacia como sociedade civil, como são considerados em Brasília. Comitês são órgãos de Estado, compostos por Sociedade Civil, Usuários e Órgãos Públicos”.

Em seguida, Isidoro Zorzi e Malu Ribeiro, prosseguindo com o segundo ponto da pauta, relataram a atuação do Colegiado Coordenador na seguinte seqüência:

- a) participação no IV Diálogo das Águas, em Foz do Iguaçu quando foi realizada uma Sessão Especial com Comitês e Organismos de Bacias; posicionamento dos presentes com relação ao Conselho Nacional dos Recursos Hídricos – nessa oportunidade foi realizada a primeira reunião do grupo após o III Encontro em Minas Gerais;
- b) Participação em eventos sobre água realizados em Caxambú – MG; Encontro da Rebob em Bonito; no encontro do FONASC – ES; no Workshop da ANA sobre Integração entre águas costeiras e

interiores, em Vitória – ES; no Congresso de Constituição do CBH Sergipe e outros encontros regionais como os que marcaram o Dia Internacional da Água;

c) Desencadeamento da criação de Fóruns Estaduais;

d) Fortalecimento dos Comitês Estaduais (éramos 60 comitês no país no III Encontro, agora somos 82 CBH estaduais e 6 Federais). O Colegiado preparará, com apoio da Universidade de Caxias do Sul/RS, um caderno com o registro da situação atual, formação e outras informações sobre os Comitês;

e) O acompanhamento da política de recursos hídricos em questões emblemáticas como a cobrança pelo uso da água como instrumento de gestão, no monitoramento de ações pontuais do Legislativo Federal, com diversas bancadas que defendem isenções; o PL 4147 e a Portaria 1419, entre outros;

f) criação do Grupo Executivo na segunda reunião do Colegiado Coordenador em Canela/RS, no mês de outubro de 2001, quando foi realizada a avaliação de metas que incluíam o IV Encontro, um programa de capacitação e um programa de comunicação, com edição de uma revista, entre outras demandas apresentadas em Minas Gerais;

g) Realização de reuniões preparatórias do IV Encontro: em dezembro de 2001 em Florianópolis, quando foi mantida audiência com o Governador de Santa Catarina, Espiridião Amim; em fevereiro, quando foram consolidadas as demandas dos Comitês para estruturar a temática do IV Encontro e, em abril, quando foi recebida a proposta da Revista e do Curso de Capacitação (articulação com a ANA a cargo de Paulo Paim visitando os Comitês nas diferentes Regiões do país para isso) – “Quanto à revista foi decidido trabalhar com nossos próprios recursos e dessa forma viabilizar a primeira edição de uma revista com os resultados do IV Encontro, além de uma cartilha com os Comitês de Bacias por Estados do País. Ressaltando ainda que o Fórum não tem estrutura, nem CNPJ e que o Colegiado funciona pelo esforço de seus componentes e o apoio de outras pessoas e grupos, como a Rede das Águas, a assessoria de imprensa, o Cacá”.

Após o relato, Wilson Lacerda (CE) sugeriu que o V Encontro priorize a escolha de temas básicos, deixando os demais para outras oportunidades. Rogério Menezes informou que o processo de seleção dos temas do 4º. Encontro partiu da consulta aos comitês e os três mais votados foram os principais e os demais, os complementares. Zorzi registrou que o Colegiado não se comunica apenas por e-mail e que os Comitês levaram o assunto às suas reuniões. Rogério registrou a página www.rededasaguas.org.br como um canal de comunicação para todos. Jussara Carvalho propôs que sejam realizados encontros regionais para assuntos regionais e tratar, no Encontro Nacional, de temas Nacionais como, por exemplo, bacias transfronteiriças. Sugeriu ainda reduzir o tempo de duração do Encontro. Rosa Mancini (CBH Litoral Norte SP) sugeriu a criação de uma rede de Comitês de Bacias Litorâneas e reforçou a importância dos Comitês se inscreverem para dar início aos contatos, troca de informações. Sugeriu ainda, para o próximo encontro, a exposição de um mapa identificando a localização de cada Comitê. Raimundo Félix (CBH Jaguaribe CE) sugeriu que nos próximos encontros sejam trazidas sugestões de questões para serem tratadas em caráter deliberativo. Érico Porto Filho solicitou que todos os Comitês discutam, em seus fóruns, os temas para o próximo encontro. Considerou 3 dias úteis muito pouco tempo para conhecer experiências “cara a cara”. Sugeriu a promoção de encontros regionais. Antônio Filippini (CBH-Taquari Antas) sugeriu que a praça seja ampliada fisicamente e com material sobre os temas em debate, para troca de informações. Edílson Andrade (CEIVAP) sentiu carência de discussão de experiências em

cobrança, formação de agências e sistema nacional x sistema estaduais. Sugeriu maior tempo para discutir esses temas.

Isidoro Zorzi abriu o quarto ponto de discussão que tratava do PL 4147. José Maria de Andrade (CBH-Baixo Jaguaribe CE) sugeriu repúdio ao Projeto. Sérgio Cardoso (CBH Gravataí RS) sugeriu aproveitar o ensejo da discussão do PL 4147 e fazer uma discussão: ANA e SNRH são, ambas, governo. Ambas estiveram aqui apresentando suas manifestações e não permaneceram para os debates. Isso reflete uma política, mas qual é a importância dos Comitês nessa política? Está proposta a ampliação do CNRH de 28 membros para 54 e os Comitês ganharão um assento somente. Relatou a visita a Brasília, onde soube que o deputado Adolpho Marinho estava em Washington apresentando o PL ao BID. Este projeto destrói toda uma política. Também deve ser considerada a importância das Câmaras Técnicas: sua composição, seu funcionamento e suas deliberações. Cláudio de Mauro (CBH-PCJ SP) afirmou não ter dúvidas de que o Brasil precisa de uma política nacional de saneamento básico e os Comitês devem lutar para isso. Considera que não devemos lutar contra o Projeto, mas contra o parágrafo 3º. do artigo 32, que destrói toda a base do Sistema de Recursos Hídricos. Sob seu ponto de vista, devemos aprovar a rejeição do substitutivo. Declarou que se esse substitutivo for aprovado, incentivará na sua região, que não se pague pelo uso da água pois o projeto leva à privatização, o que considera inaceitável. A representante do Comitê de Itajaí entende que, se não formos capazes de nos organizar para evitar a votação, será muito difícil fazer o que o Prefeito de Rio Claro propôs: não pagar. Sugeriu que encaminhemos a proposta de uma emenda supressiva aos parlamentares estaduais, individualmente, cada comitê. Isidoro Zorzi sugeriu que essa Assembléia se manifeste pela supressão do parágrafo 3º. do artigo 32 do substitutivo ao projeto de Lei 4147, pois não há mais tempo para discussão, só para supressão. Sérgio Cardoso informou que o substitutivo está para ir a votação e serão votados destaques. Só há possibilidade de suprimir. Tudo indica que será votado e aprovado. Cláudio de Mauro concorda com Zorzi e sugere que este Fórum se posicione contrário à modificação da titularidade dos serviços de saneamento. Exclusão da emenda Adolpho Marinho e que a titularidade dos serviços seja mantida nos municípios conforme estabelece a Constituição Federal. Luiz Fernando (CBH-Lago Guaíba RS) informou que a Frente Nacional de Saneamento, a ABES-RS e a Frente Gaúcha de Saneamento já se posicionaram contra o PL 4147. Entende que a Assembléia do Fórum Nacional deve ter uma visão mais geral, e que seja tomada a posição de repúdio ao PL 4147. A votação foi encaminhada com o seguinte resultado: a proposta de retirada do parágrafo 3º do artigo 32 e manutenção da titularidade aos municípios, prevista na Constituição Federal recebeu 31 votos; a proposta de rejeição total ao projeto, recebeu 8 votos. Foram verificadas 5 abstenções.

O quinto item da pauta foi a revisão da Carta de Princípios e Normas de Funcionamento do Colegiado Coordenador do Fórum. Zorzi apresentou a situação atual e propôs modificação na composição do Colegiado Coordenador: 3 Comitês de cada Estado e 3 representantes de Comitês Federais. A proposta foi aprovada pela maioria. Wilson Lacerda sugeriu que a Carta de Princípios e Normas de funcionamento garanta uma frequência mínima às sessões do Encontro, sob pena de ser excluído de participação futura. Zorzi considerou cedo para mudar regras pois afirmou que estamos em movimento para agregar mais Comitês. O Fórum é um movimento, não devemos estabelecer regras para um movimento. A proposta de alteração foi colocada em votação e 29 votantes rejeitaram a proposta sugerida por Wilson Lacerda.

O sexto item da Assembléia foi a apresentação de propostas para o local a sediar o próximo encontro. Ailton Francisco da Rocha, representando o CBH-SE, propôs a cidade de Aracaju para sediar o V Encontro, em junho de 2003. A proposta foi aprovada por aclamação dos presentes e delegado ao Colegiado Coordenador do Fórum Nacional a tarefa de escolher alternativas, caso haja problemas.

Em seguida, a Secretaria de Meio Ambiente e Turismo de Mato Grosso do Sul convidou para a participação do II Simpósio de Recursos Hídricos, de 23 a 26 de julho, promovido pela ABRH. Moretti (CBH-PCJ) solicitou que o Colegiado Coordenador inclua na sua proposta de trabalho uma discussão urgente sobre a forma de representação dos Comitês de Bacias no CNRH, pois atualmente os mesmos estão incluídos no segmento sociedade civil e há propostas na CTIL de que os Comitês ocupem vagas dos órgãos de governo. Precisamos discutir nossa forma de participação. (Não identificado) propôs que seja aberto um concurso para a criação de uma logomarca do próximo encontro. Edilson (CEIVAP) sugeriu que seja discutida a proposta de modificação da Resolução No. 5 do CNRH envolvendo “participação estadual e/ou trechos de bacias nos Comitês Federais”. Foram dados os parabéns pela passagem de aniversário do Secretário de Meio Ambiente de Balneário Camboriú, Raimundo Malta, um dos Coordenadores locais do IV Encontro. Regina Grego (CBH-Para MG) informou que estão trabalhando pela formação do Comitê do Rio São Francisco. Solicitou apoio da Coordenação do Fórum a essa iniciativa. Solicitou ainda apoio da coordenação do Fórum para que sejam incluídos comitês na composição dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos.

Tendo sido tratados e deliberados os assuntos estabelecidos na pauta da II Assembléia Geral dos Comitês de Bacias Hidrográficas, o Coordenador Adjunto Rogério Menezes deu por encerrados os trabalhos, agradecendo a participação e o empenho dos integrantes dos Comitês e Órgãos Gestores presentes.

ANEXOS

Esta parte consta do sumário das palestras e experiências apresentadas no IV Encontro, conforme os textos entregues pelos respectivos autores.

ANEXO Nº 01

Sumário da palestra de Rodrigo Pereira de Mello, procurador da ANA

I – A principal característica natural da água no que respeita à análise dos seus aspectos jurídicos, e muito particularmente aos aspectos legais da gestão descentralizada, é a sua fluidez[1]. A água flui sempre e inexoravelmente, não respeitando fronteiras políticas, decisões constitucionais ou legislativas em geral e, muitas vezes, sequer as barreiras lançadas pela engenharia humana[2]. A fluidez naturalmente faz com que cada “parte” da água necessite de uma atenção direta, contínua e específica, que se realiza in loco (localmente) pela gestão descentralizada, e, ao mesmo tempo, impõe que o conjunto das ações sobre estas mesmas “partes” tenha uma articulação, uma coordenação, para permitir que em todo seu fluido percurso a água receba uma gestão harmônica entre aquelas várias “partes”.

II – No Brasil, quando falamos em gestão descentralizada no tema das águas (recursos hídricos) existe o ímpeto de imediatamente pensarmos em “federação” e, conseqüentemente, na repartição constitucional da dominialidade dos recursos hídricos. Entretanto há neste raciocínio, ao nosso ver, dois equívocos: o primeiro por desconsiderar que a descentralização administrativa é um conceito milhares de anos anterior aos rudimentos da idéia a que hoje denominamos como “federação”, e ainda hoje é um conceito espacialmente muito mais amplo que o de “federação”; o segundo dos equívocos está em desconsiderar que o conceito de “federação” envolve, em si, dois aspectos distintos e complementares, a saber, a autonomia política (capacidade das unidades federadas em produzir o seu próprio direito[3], observando o balizamento constitucional nacional) e a descentralização administrativa. Por tudo isto, e sempre lembrando que no plano específico da autonomia política a competência das unidades federadas é particularmente limitada em relação ao tema das águas (por força do disposto nos arts. 21, inciso XIX, e 22, inciso IV, da Constituição[4]), verifica-se que sobre gestão descentralizada dos recursos hídricos o ponto central de consideração é a descentralização administrativa, não a visão “patrimonialista” da repartição de dominialidade[5] que usualmente graça, por todos os entes (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), na nossa dita vivência federativa.

III – Prosseguindo nas questões jurídicas relacionadas à gestão descentralizada dos recursos hídricos, é imperioso lembrar que a gestão dos recursos hídricos caracteriza-se, tipicamente, como uma função pública de interesse comum[6] (conforme, aliás, já prenuncia o art. 4º da Lei nacional nº 9.433, de 1997), no sentido que são atividades e serviços caracterizados pelo âmbito regional que elas abrangem e pelo regime de direito administrativo a que estão sujeitas (regime de direito público). Inclui atividades que devem se integrar quanto a organização, planejamento, programação, coordenação, controle e execução[7]. Assim, e em forma análoga àquela constitucionalmente prevista no art. 25, § 3º, da Lei Maior para a formação e fixação das competências de região metropolitana, é importante – para não dizer imprescindível[8] – que haja um sistema organizado congregando todos os atores públicos interagentes no tema, coordenando as diversas ações no mais amplo plano de suas interações e executando-as no seu plano mais local, mais descentralizado[9].

IV – Entretanto, como é do conhecimento de todos, a Constituição de 1988, apesar de atribuir exclusivamente à União instituir sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos, definir critérios de outorga de direitos do seu uso (art. 21, inciso XIX) e legislar sobre águas (art. 22, inciso IV), dispôs sobre a dominialidade dos recursos hídricos em termos difusos (parte na esfera da União, art. 20, inciso III; parte na esfera dos Estados, art. 26, inciso I; sub-partes da esfera dos Estados inseridas na esfera da União, arts. 20, inciso III, relativamente a “terrenos de seu domínio” – inclusive, por exemplo, áreas indígenas, unidades de conservação federais e terras devolutas na faixa de fronteira –, inciso VIII, relativamente aos “potenciais de energia hidráulica”, e 26, inciso I, parte final, relativamente às “águas em depósito” quando “decorrentes de obra da União”). E assim dispôs a Carta 1988 permitiu, pois franqueou o necessário espaço político-jurídico-institucional, que em nome da autonomia política vários entes federados titulares de recursos hídricos adotassem uma atitude mais auto-afirmativa que construtiva, expedindo legislação local não necessariamente condizente e compatível com a legislação

nacional e, ainda pior, muitas vezes sem permitir nestes diplomas um adequado espaço de articulação e harmonização junto à União e aos demais Estados (particularmente no âmbito dos Comitês de Bacia Hidrográfica). É precisamente aqui, muito mais que nos temas de estruturação institucional e de harmonização técnica e jurídica, que reside a maior dificuldade na efetiva consolidação do sistema nacional de gerenciamento dos recursos hídricos, tanto no plano da coordenação quanto inclusive no que diz com a gestão descentralizada.

V – Deixando o plano constitucional e passando ao âmbito legal, a Lei nacional nº 9.433, de 1997, que exercita a competência da União prevista no art. 21, inciso XIX, da Constituição, ao lado de outros princípios/fundamentos relaciona que (a) a bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (art. 1º, inciso V), (b) a gestão dos recursos de hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do poder público, dos usuários e das comunidades (art. 1º, inciso VI) e (c) a necessária articulação da União com os Estados tendo em vista o gerenciamento dos recursos hídricos de interesse comum (art. 4º). Portanto, imediatamente percebe-se que a Lei nº 9.433 está perfeitamente ajustada aos dispositivos constitucionais, às necessidades naturais e aos melhores indicadores da gestão, coordenada e descentralizada, dos recursos hídricos.

VI – Até este ponto já se verifica que a gestão descentralizada dos recursos hídricos (a) tem perfeito assento e acolhida tanto na natureza da água quanto nas disposições constitucionais e na legislação nacional que disciplina o tema, e (b) tem por complemento necessário um sistema de coordenação entre os entes públicos interagentes que harmonize as suas atividades, sempre no plano adequado da bacia hidrográfica e à luz de um real dimensionamento sobre a natureza local, regional ou nacional da questão de fundo envolvida[10].

VII – A descentralização da gestão dos recursos hídricos, que envolve aspectos espaciais (bacia hidrográfica), políticos (Comitês), técnicos (Agências de Águas/Bacia) e financeiros (cobrança pelo uso de recursos hídricos e aplicação da receita na respectiva bacia hidrográfica)[11], tem, concretamente, de considerar dois aspectos: (a) os limites jurídicos e operacionais da descentralização, e; (b) a favor de quem deve ser feita a descentralização.

VIII – Em termos de limites jurídicos e operacionais cabe lembrar que o órgão ou entidade descentralizador jamais se desincumbe da função de acompanhamento, orientação e controle, quaisquer que sejam as funções descentralizadas, e, ainda, que não estão sujeitos a descentralização para entidades privadas, nestas incluídas as associações civis sem fins lucrativos de qualquer natureza (inclusive as denominadas ONGs) e as empresas públicas e sociedades de economia mista que exerçam atividades econômicas de mercado, as funções típicas de Estado (regulação e poder de polícia), ressalva a possibilidade de contar com o apoio de entidades privadas (inclusive daquelas com fins lucrativos, contratadas mediante procedimento licitatório) para atividades de suporte àquelas funções típicas. E ainda, no que diz com os limites operacionais da descentralização, são sempre premissas inafastáveis a

completa análise pelo órgão ou entidade descentralizador das efetivas condições de operação e sustentabilidade do órgão ou entidade descentralizado e, ainda, a existência de recursos financeiros, originários do órgão ou entidade descentralizado ou transferidos pelo órgão ou entidade descentralizador, que suportem as atividades envolvidas[12]: sem esta providência a descentralização da gestão, independentemente dos bons objetivos que acaso a tenham motivado, é uma irresponsabilidade política-administrativa cujo dano, real e de imagem, seguramente será superior aos benefícios casualmente alcançados.

IX – Por fim, na consideração sobre a favor de quem deve ser feita a descentralização, parece-nos que no tema da gestão dos recursos hídricos, e especialmente à luz das considerações que já acima destacamos sobre a distinção entre descentralização administrativa, autonomia política e dominialidade constitucional dos recursos hídricos, a gestão descentralizada deve ser pensada não apenas em termos de transferência de ações administrativas do plano da União para o plano dos Estados, que certamente é necessária e em muito já contribui para a harmonização da gestão na bacia hidrográfica, mas também em termos desta mesma transferência de ações da União – ou dos Estados – aos Municípios (ainda que no caso de atribuições originárias da União melhor pareça incumbir aos Estados, conhecedores das peculiaridades locais, esta transferência). Deve-se ter em mente, ainda e especialmente, a transferência de ações locais, originalmente incumbidas à União ou aos Estados, às Agências de Água (ou de Bacia), inclusive como meio de dar pleno atendimento à caracterização – real e jurídica, conforme já acima apontado – da bacia hidrográfica como unidade de planejamento e execução da política e dos instrumentos de gestão dos recursos hídricos. Dentre as ações que inequivocamente poderiam ser objeto de transferência (descentralização) pode-se relacionar (além daqueles já expressamente previstos na legislação), por exemplo: (a) no caso dos Municípios, o exercício do poder de polícia[13], o monitoramento dos recursos hídricos, a coleta de informações hidrometeorológicas e a instrução de processos de outorga de direito de uso de recursos hídricos; (b) no caso das Agências de Água (ou de Bacia) – e lembrando que a natureza colegiada e parlamentar dos Comitês de Bacia Hidrográfica inviabiliza sua capacidade de ações executivas[14] (e, conseqüentemente, de diretamente receber a transferência de ações descentralizadas de gestão dos recursos hídricos) –, também poderiam ser objeto de transferência ações de exercício do poder de polícia (salvo se a função de Agência for exercida por entidade privada, independentemente de sua qualificação como Organização Social – OS, como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP ou da assinatura de contrato de gestão ou instrumento similar), o monitoramento dos recursos hídricos, a coleta de informações hidrometeorológicas e a instrução de processos de outorga de direito de uso de recursos hídricos.

X – Em conclusão podemos afirmar que a gestão descentralizada dos recursos hídricos, preferencialmente em seu nível mais local (inclusive no plano municipal e, preferencialmente, no plano da Agência de Água/Bacia), não se confunde necessariamente com o exercício da autonomia política ou com a dominialidade dos recursos hídricos pelos entes federados, é constitucionalmente possível, legalmente determinada e naturalmente inescapável, pressupõe capacidade de ação e sustentabilidade do órgão/entidade a ser responsabilizado pela execução da gestão, exige alta capacidade de diálogo entre os agentes públicos e privados interagentes e, ainda, deve conciliar-se como uma coordenação harmonizadora de ações no plano da bacia hidrográfica – que esteja, em nossa opinião, sediada nos Comitês (como “base do sistema” e “lugar privilegiado” que permite a existência do sistema em tempo

contínuo), contando para isto com o necessário espaço (possibilidade) legal, institucional e político junto aos diversos entes federados titulares de dominialidade hídrica na bacia hidrográfica (sem prejuízo à possível articulação regional ou nacional sobre as políticas incidentes no tema, que, por sua vez, deve estar sediada nos Conselhos Nacional e Estaduais de Recursos Hídricos).

XI – Estes vêm sendo o entendimento e a orientação de ação adotados pela Agência Nacional de Águas – ANA, desenvolvidos particularmente através dos instrumentos do “convênio de integração”, pactuado entre entes da Federação com responsabilidade de gestão de recursos hídricos (União, Estados, Distrito Federal) e através do qual articulam-se negociações institucionais para harmonização de procedimentos e descentralização de ações de gestão originalmente incumbidas à União e à ANA – sempre por bacia hidrográfica e com participação do respectivo Comitê –, e do “convênio de cooperação”, pactuado entre a ANA e um específico órgão ou entidade gestor de recursos hídricos e que busca colaborar técnica e financeiramente com iniciativas de criação, organização e auto-sustentabilidade daqueles órgãos ou entidades locais ou das Agências de Água/Bacia.

XII – Por fim cabe não deixar de registrar que estamos diante da experiência de construção daquilo que precisa ser, sob pena de fracasso em sua proposta e transformação em mera figura cartorária ou de obras inconseqüentes, a mais importante experiência de articulação federalista e de participação da sociedade civil deste o Sistema Único de Saúde – SUS (no final da década de 1980 e início dos anos 1990), porém com um grau de voluntariado que a doença não nos permite e com um modelo financeiro de “auto financiamento” que o SUS sequer poderia cogitar. É, pois, uma experiência singular e historicamente definitiva, ao cabo da qual nos exultaremos com Milton Nascimento (“a novidade é o que o Brasil não é só litoral, tem muito mais, tem muito mais que qualquer ‘zona sul’, e tem gente boa espelha por este Brasil que vai fazer desde lugar um bom país”, *in* Notícias do Brasil) ou nos conformaremos com Caetano Veloso (“será que nunca faremos senão confirmar a incompetência da ‘América católica’, que sempre vive da arte de inúteis tiranos”, *in* Podres Poderes).

[1] “Daqui, de lá, de cima, de baixo, corrente, ela jamais conhece a quietude, no seu curso ou na natureza, ela não tem nada em si mesma mas se espalha em tudo, assumindo uma variada natureza de formas que são diferenciadas em relação a cada um dos endereços que ela atravessa, como o espelho acolhe em si variadas imagens quanto os objetos que passam frente a ele.” Leonardo da Vinci, Sobre a natureza da Água, Cadernos, 1508-1519, *apud* Vive L’eau, Jean Matricon, Découvertes Gallimard – Sciences, 2000, prefácio.

[2] Veja-se que na perspectiva judaico-cristã Deus (Jeová) cria todos os elementos da natureza, à exceção das águas que ele divide (ou separa, conforme a tradução) mas não cria (Gênesis, Capítulo 1, versículos 2 a 21).

[3] Conforme o professor Antônio Augusto Anastásia, é isto que faz das pessoas jurídicas de direito público políticas (conforme o Relatório de Consultoria sobre Reestruturação do IGAM nº 2.3, de março/2002).

[4] A legislação editada pela União por força destes dispositivos – a saber, respectivamente a Lei nº 9.433, de 1997, e o Decreto nº 24.643, de 1934, Código de Águas (este aqui considerado por força do princípio da recepção) – caracteriza-se como “nacional”, isto é, aplicável a todos os particulares e a todos os entes públicos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) – situação similar verifica-se constitucionalmente com relação, por exemplo, a licitações, saúde, habitação e saneamento. Difere, pois, da legislação editada pela União para concretizar a execução daqueles diplomas no âmbito específico de sua esfera de responsabilidades, determinada pela Constituição e também pela legislação nacional, e neste âmbito insere-se a Lei nº 9.984, de 2000, que dispôs sobre a instituição da ANA.

[5] Neste sentido, inclusive apontando a relação deste aspecto com a tradição patrimonialista privada absoluta de nossa história, a manifestação de Jerson Kelman por oportunidade da abertura do IV Encontro Nacional dos Comitês de Bacias Hidrográficas (Balneário Camboriú, 20.5.02).

[6] Não confundir com “serviço público de interesse comum”. Esta ressalva é particularmente importante quando o modelo de gestão de recursos hídricos brasileiro é comparado com a sua reconhecida origem francesa, pois naquele país – ao contrário do nosso – alguns dos serviços públicos relacionados ao abastecimento de água e, particularmente, ao recolhimento, afastamento e tratamento de esgotos estão sob a autoridade dos mesmos agentes e da mesma legislação que a gestão de recursos hídricos.

[7] “O conceito de ‘função pública de interesse comum’ substitui, no direito positivo pátrio, o conceito de ‘serviço comum de interesse metropolitano’, já consagrado na Carta de 1969. E substitui com vantagem, visto ser de maior abrangência que o conceito anterior, compreendendo não só os serviços públicos de interesse comum, mas também as atividades estatais de ordenação e controle da vida social. (...) Além disso, o conceito, incluindo a idéia de ‘função pública’, ficou mais adequado para envolver certas atividades de interesse público que não se compreendem propriamente na noção de ‘serviço público’, como por exemplo o planejamento urbano-regional, o controle do uso e ocupação do solo metropolitano, a organização territorial das aglomerações urbanas e das microrregiões, o controle da poluição, o controle do assentamento industrial, a defesa dos recursos hídricos e outras funções. Vê-se, portanto, que a noção de ‘função pública’ é mais abrangente do que a de ‘serviço público’, ficando esta compreendida naquela. (...) Não basta atender ao exame do conteúdo formal da competência, estabelecido na norma jurídica, visto que esta comporta variação de sentido quando polarizado como os fatos, ou com as características que estes assumem com o tempo, em razão de mudanças nas dimensões dos serviços prestados, de seu caráter técnico, das condições sócio-econômicas e institucionais ou, ainda, em função da alteração do entorno urbano. Isto ocorre porque há sempre uma inter-relação dinâmica entre os conceitos jurídicos e os fatos a que eles se referem, exigindo ajustes da concepção normativa com a realidade cambiante. (...) A identificação dessas funções é também de grande relevância para sua determinação jurídica, visto que não basta considerá-la na figura jurídica de função pública de interesse comum (de caráter constitucional). Ela precisa ter ‘natureza’ regional, identificada por certos critérios justificadores dessa natureza, que possam ser argüidas juridicamente.” (Alaôr Caffé Alves, Parecer jurídico sobre o conceito jurídico de função pública de interesse comum, 13 de setembro de 2001)

[8] Há uma outra situação assemelhada a esta da gestão descentralizada de recursos hídricos que é o

Sistema Único de Saúde – SUS (Constituição, arts. 198 e 200; Lei nº 8.080, de 1990), mas aqui, conquanto a descentralização seja perceptivelmente necessária e mais eficiente, a coordenação das diversas ações no seu plano mais amplo é “importante” mas não “imprescindível” a este sistema – ainda que possa sê-lo em relação a algumas ações específicas.

[9] Neste sentido, e conforme ressaltado pelo Ministro do Meio Ambiente José Carlos Carvalho em evento realizado pela Agência Nacional de Água junto ao Ministério das Relações Exteriores em 25 de março de 2002, “não se trata de fazer do inter-municipal um tema estadual, ou do inter-estadual um tema federal, como vem sendo indevidamente tradicional na nossa história institucional, mas sim não permitir que nos temas transcendentais a uma das unidades da federação possa ela sozinha sobre eles decidir ou impedir que se decida”.

[10] Isto é, não se trata de ver as questões exclusivamente na ótica da dominialidade envolvida, mas do âmbito de coordenação–descentralização que melhor articule a gestão do recurso hídrico. Aliás, tanto a questão de fundo quanto a proposta de encaminhamento que aqui estamos apresentando são similares àquelas que foram enfrentadas e resolvidas no âmbito da União Européia (ou seja, em decorrência do debate ali travado, inclusive pela ausência de explícita menção/disciplina do tema no tratado instituidor da UE, evoluiu-se da integral tratativa no âmbito exclusivamente nacional para o estabelecimento de padrões gerais e normas de harmonização – inclusive com explicitação do princípio da subsidiariedade em favor da UE, não apenas onde o dano ambiental direto seja transnacional mas em todos os aspectos que, mesmo sob a perspectiva do equilíbrio da integração e da competitividade entre as empresas de cada um dos Estados da UE, a adoção de procedimentos diferenciados ou a omissão em ações ambientais sejam consideradas danosas aos fundamentos do tratado instituidor da UE ou às suas normas subseqüentes –, ressaltando-se a cada um dos Estados, mas sempre observados aqueles referidos padrões gerais, o estabelecimento e aplicação de normas penais).

[11] Bases para discussão dos instrumentos da política de recursos hídricos do Estado do Rio de Janeiro, nº 1, Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado do Rio de Janeiro – Projeto PLANÁGUA SEMADS/GTZ, março de 2001, p. 7.

[12] Na área da gestão dos recursos hídricos estes recursos seriam, preferencialmente, aqueles decorrentes da cobrança pelo uso de recursos hídricos – ou, alternativamente, os resultantes da eventual cobrança de taxas, de expediente ou de fiscalização, recolhidas junto aos sujeitos concretos ou potencialmente demandantes de atividades dos órgãos ou entidades gestores de recursos hídricos.

[13] Conforme mencionado pelo Prof. Bernard Drobenko, da Faculdade de Direito e Ciências Econômicas da Universidade de Limoges (França), por oportunidade do Seminário Internacional de Direito Ambiental: Rio + 10 (Rio de Janeiro, 26.5.02), dentre estes poder-se-ia mencionar, especificamente, a fiscalização do consumo, bem assim a eficiência deste consumo, em relação a usuários residenciais, comerciais e a pequenos e médios usuários industriais, casos onde tipicamente é difícil o acompanhamento e a fiscalização pelos órgãos gestores nacional ou estaduais.

[14] Aos Comitês, como sabido, são essencialmente atribuídas competências legislativas (normativos, decisórios) e jurisdicionais (arbitrais), conforme os incisos II, III, VI e IX do art. 38 da Lei 9.433, de 1997. Sob o aspecto da forma jurídica, os Comitês são, a nosso juízo, órgãos públicos, na medida em que (i) criados por ato do Poder Público (art. 37, parágrafo único, da Lei 9.433, de 1997), (ii) mantidos administrativamente por recursos públicos (art. 22, inciso II e § 1º, da Lei 9.433, de 1997), (iii)

incumbidos de atribuições tipicamente estatais (conforme, especialmente, os incisos II, III, VI e IX do art. 38 da Lei 9.433, de 1997) e (iv) com seus atos, administrativos e finalísticos, passíveis de recurso revisional a autoridade administrativa superior (arts. 38, parágrafo único, e 35, incisos II, IV e VII, ambos da Lei 9.433, de 1997). A junção de todas estas características qualifica aos Comitês de Bacia Hidrográfica como órgãos simples (um único centro de competência), colegiados (nomenclatura de Hely Lopes Meirelles, *in* Direito Administrativo Brasileiro, 23ª ed. atual., São Paulo, Malheiros, 1998, p. 71/72), sem personalidade jurídica própria, vinculados, portanto, à estrutura administrativa de um determinado ente da Federação (União, Estado ou Distrito Federal – como o Supremo Tribunal Federal não admite a existência de autarquia interestadual, conforme RTJ-141/273, com maior razão parece inviável imaginar-se um órgão interestadual), na forma da respectiva legislação de recursos hídricos e de organização administrativa, observada, por forçado art. 21, XIX, da Constituição, a Lei nacional 9.433, de 1997. Os Comitês, juridicamente qualificados na forma acima, constituem, politicamente, um modelo de participação do qual espera-se resultar a circulação de informação, o compromisso dos partícipes com o processo decisório e a transparência nas decisões e na sua gestão executiva. É, assim, um modelo voltado à ‘democracia participativa’, tão difundida no País especialmente após a Constituição de 1988, baseada em ‘um regime continuamente legitimado pela genuína participação dos agentes sociais, em condições iguais de acesso no processo de tomada de decisões (...)’ (conforme Rubens Harry Bom, *Seguridade hídrica, comitês de bacia hidrográfica e cidadania*, Revista CEJ/CJF, nº 12, ano IV, p. 66), que migra de uma gestão “unilateral” (tanto no sentido de “sujeito ativo”, quanto no de “usos” considerados) para uma nova gestão “plural”. Sua proposta não é somente a de descentralização administrativa, mas a de promoção da cidadania (informação, educação, participação), de legitimidade das ações públicas (estatais ou sociais) e de articulação institucional, formalizando um espaço necessário e objetivo de encontro dos poderes e interesses relacionados à bacia.